

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DE GOIÁS



Fundação
Nacional
de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM GOIÁS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

GOIÂNIA, MARÇO / 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM GOIÁS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e Portaria CGU nº 500, de 8 de março de 2016.

GOIÂNIA, MARÇO/2017

2017. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Distribuição e Informação:
Superintendência Estadual da Funasa em Goiás
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Endereço: Rua 82, nº 179, Setor Sul, Goiânia/Goiás
Telefones: (062) 3226-3052
Página na internet: www.funasa.gov.br
Cep: 74.083-010

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2016 / elaborado por Superintendência Estadual da Funasa em Goiás.

Ministério da Saúde:
Fundação Nacional de Saúde, 2017.

98 p. : il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE

Antônio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luís Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antônio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Martins Milhim

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Rodrigues Tavares

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Rodrigo Sérgio Dias

SUPERELENTE ESTADUAL DA FUNASA EM GOIÁS

Márcia Freire Dantas Coutinho

COORDENAÇÃO

Márcia Freire Dantas Coutinho
Superintendente Estadual da Funasa em Goiás.

EQUIPE TÉCNICA

Antônio Jorge de Andrade Figueiredo
Antônio Wilson Soares de Oliveira
Gilene de Carvalho Pacheco
Joaquim José Corrêa Neto
Maria Conceição Machado dos Anjos
Maria Helena Batista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CONTEÚDO GERAL	11
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)	11
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	11
1.2. Ambiente de Atuação	12
1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade	13
1.3. Organograma da Unidade	17
1.4. Macroprocessos Finalísticos	17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	26
2.1. Planejamento Organizacional	26
2.2. Desempenho Orçamentário	36
2.2.1. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	36
2.2.2. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	36
2.2.2.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	36
2.2.2.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores	36
2.2.2.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas	37
2.2.2.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores	37
2.2.3. Informações sobre a Execução das Despesas	39
2.2.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação	39
2.2.3.2. Despesas por grupo e elemento de despesa	39
2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	43
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	48
3.1. Descrição das Estrutura de Governança	48
3.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	48
3.3. Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	49
3.4. Gestão de Riscos e Controles Internos	21
4. ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	52
4.1. Gestão de Pessoas	52
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	52
4.1.1.1. Composição da Força de Trabalho	52
4.1.1.2. Distribuição da Força de Trabalho	52
4.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	53
4.1.2. Demonstrativos das despesas com pessoal	55
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	56
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários	56
4.1.4.1. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	57
4.1.4.2. Contratação de Estagiários	58
4.1.5. Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	58
4.1.6. Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas	58
4.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura	65
4.2.1. Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	65
4.2.2. Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições	68
4.2.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	69
4.2.3.1. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC	69
4.2.3.2. Distribuição Geográfica dos imóveis da União	69

4.2.3.3	Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional.....	70
4.2.3.4	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet	71
4.2.3.5	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.....	72
4.2.3.6	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.....	72
4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.....	72
4.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	72
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação	73
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	74
5.1	Canais de acesso do cidadão.....	74
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	75
5.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	75
5.4	Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	75
5.5	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	75
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	76
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	76
6.1.1	Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.....	76
6.1.2	Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima	76
6.1.3	Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo	76
6.1.4	Taxas utilizadas para o cálculo	76
6.1.5	Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do mobiliário, do intangível e do diferido	76
6.1.6	Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício	79
6.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	79
6.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas	79
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	80
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	80
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	82
7.3	Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	86
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	86
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	86
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda	87
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	87
9	CONCLUSÃO.....	88
10	ANEXOS E APÊNDICES.....	89
	DECLARAÇÕES	89
	DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	89
	DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE ATOS NO SISAC ...	90
	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	17
Quadro 2	Prestação de contas sobre transferências concedidas	36
Quadro 3	Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício	37
Quadro 4	Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas	37
Quadro 5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação	39
Quadro 6	Despesa por Grupo de elemento de despesa	40
Quadro 7	Avaliação dos Sistemas de Controles Internos	49
Quadro 8	Força de Trabalho	52
Quadro 9	Distribuição da Lotação Efetiva.....	52
Quadro 10	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	53
Quadro 11	Despesas do Pessoal.....	55
Quadro 12	Contratos de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular).....	57
Quadro 13	Valores da Bolsa de Estágio.....	57
Quadro 14	Quantitativo de Estagiários.....	58
Quadro 15	Distribuição Geográfica dos Imóveis.....	69
Quadro 16	Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	70
Quadro 17	Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	80
Quadro 18	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas (Trilhas).....	82
Quadro 19	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016	86
Quadro 20	Despesas com Publicidade.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Municípios Beneficiados	28
Gráfico 2	Avanço Físico dos Instrumentos.....	29
Gráfico 3	Quantidade de Visitas Realizadas no Exercício.....	30
Gráfico 4	Análises Físicoquímicas e Microbiológicas p/ Controle e Qualidade da Água	34
Gráfico 5	Ações de Controle da Qualidade da Água	34
Gráfico 6	Distribuição da Força de Trabalho da UJ	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados Acumulados de 2015 e 2016.....	29
Tabela 2	PAC/FUNASA-SUEST-GO_2077/2016 (PAC 1 e 2)	31
Tabela 3	CV/FUNASA-SUEST-GO – Resultados 2002-2016.....	31
Tabela 4	Veículos em Uso na Sede.....	66

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

ANEXO I - Aprovação das Prestações de Contas com Ressalvas.....	89
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CV - Convênio
EP - Emenda Parlamentar
TC - Termo de Compromisso
TCU - Tribunal de Contas da União
CGU - Controladoria Geral da União
AUDIT - Auditoria Interna
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
SUEST-GO - Superintendência Estadual da FUNASA em Goiás
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SES - Secretaria Estadual de Saúde
SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A
LOA - Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SICONV - Sistema de Convênio
SISCON - Sistema de Convênio da FUNASA
SIGOB - Sistema Integrado de Gerenciamento de Obras
SIGESAN - Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento
RTP - Relatório Técnico Preliminar
TCE - Tomada de Contas Espacial
UPC- Unidade de Prestadora de Contas
BI - Business Intelligence
SIGA - Sistema de Gerenciamento de Ações
URCQA - Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água
NA - Não se aplica
NO - Não houve ocorrência

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por escopo apresentar as ações de competência da UPC implementadas pela Superintendência Estadual da FUNASA em Goiás, suas estratégias de atuação e os principais resultados alcançados no exercício de 2016, as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), que atribui à Funasa no nível central a responsabilidade de atuação promovendo o saneamento e saúde ambiental em municípios com população de até 50.000 habitantes; municípios integrantes de consórcios públicos de saneamento; áreas de relevante interesse epidemiológico, comunidades especiais, ribeirinhas e remanescentes de quilombos.

Conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e Portaria CGU nº 500, de 8 de março de 2016, que definem as Unidades de Prestação de Contas (UPC) responsáveis por apresentar o Relatório de Gestão, a Superintendência Estadual em Goiás apresenta seu Relatório de Gestão, segundo os parâmetros orientados pela Presidência da Instituição mediante o roteiro de elaboração enviado, que serviu de paradigma para as exposições técnicas deste instrumento.

Os conteúdos desenvolvidos enfocam: a identificação e atributos da unidade jurisdicionada, informações sobre planejamento e resultados alcançados, governança, gestão de riscos e controles internos, ambiente de atuação, execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, transportes, relacionamento com a sociedade, conformidade e tratamento de disposições legais e normativas, informações contábeis, atendimento de demandas de órgãos de controle e outras informações consideradas relevantes sobre a gestão.

Todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como aqueles em que não houve ocorrência durante o exercício ou não se aplicam à nossa realidade, portanto, não serão tratados no desenvolvimento desse Relatório. Assim, só se fará menção do item e do quadro correspondente no corpo desta parte do documento, como se segue:

Item	Tópico/Quadro	Justificativa
2	2.2 - Desempenho Orçamentário 2.2.1 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações NÃO SE APLICA A ESTA UPC e/ou não houve ocorrência no período.
2	2.2.2.1 Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, etc, portanto este item NÃO SE APLICA A

		ESTA UJ/UPC.
3	3.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.
4	4.1.5 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	Não se aplica a esta UPC
4	4.3 Gestão da Tecnologia da Informação	As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre a Gestão de Tecnologia de Informação (TI), portanto, consideramos neste item o termo: NÃO SE APLICA A ESTA UPC.
7	7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	Não houve nenhum caso que se enquadre nessa exigência.
8	Outras Informações Relevantes	Esta UPC considera que todas as informações significativas foram tratadas ao longo deste relatório.

Para elaborar o Relatório de Gestão referente ao Exercício de 2016 a Suest-GO tomou por parâmetro a ferramenta MS Project utilizada no seu modo *Off Line*, uma vez que o órgão central não se utilizou deste aplicativo voltado para o gerenciamento de atividades e projetos, onde se pode monitorar as ações desenvolvidas somente no âmbito desta UPC.

Quanto ao aspecto orçamentário utilizamos informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-Siafi por setores da Presidência da Funasa e encaminhados à esta UJ, bem como pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Suest/GO.

Neste contexto, foram abordados os objetivos e metas institucionais, em conformidade com o Plano Plurianual do Governo Federal, com destaque para os Programas e ações sob responsabilidade da FUNASA/SUEST-GO. As principais realizações no decorrer do Exercício estão apresentadas no tópico 2.1 “d” que trata do desempenho operacional onde são elencados os programas, ações, metas programadas e resultados alcançados.

As principais dificuldades encontradas na realização das atividades no exercício, foram a recessão orçamentaria do Programa de Aceleração do Crescimento, que reduziu o ritmo das obras em execução, bem como baixa qualificação técnica dos profissionais pertencentes aos quadros dos municípios e descontinuidade administrativa destes, dificultando o pleno desenvolvimento dos programas e impondo um processo contínuo de aferição e reanálise das ações executadas.

CONTEÚDO GERAL

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A Funasa é dirigida por um Presidente, um Diretor Executivo e três Diretores de Departamento, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde. Sua atuação ocorre de forma descentralizada, por meio de suas Superintendências Estaduais, que cotam com estrutura técnico-administrativa capaz de promover, supervisionar e orientar as ações sob a responsabilidade da instituição.

No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - a Funasa conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, procurando a redução de riscos à saúde, incentivando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, e a promoção de melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, de melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, de melhorias sanitárias domiciliares, e de ações de saneamento em comunidades ribeirinhas, quilombolas e especiais.

Quanto à Saúde Ambiental, considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implantação dos padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, criou o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), implementado em articulação com os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, estados, Distrito Federal e municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

1.2. Ambiente de Atuação

A Lei nº 12.314, de 19/8/2010, alterou as competências da Funasa, que passou então a ser a instituição do governo federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças, bem como formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Nessa linha, as ações contemporâneas desenvolvidas pela Instituição resultam em uma maior inclusão social e contribuem para a melhoria das condições de vida das populações mais carentes, culminando em uma das estratégias do Governo Federal para a erradicação da extrema pobreza. Um bom exemplo é a implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, que consistem em melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações e do peridomicílio, por meio de restauração (reforma) ou reconstrução. A restauração compreende, dentre outros principais serviços, os seguintes: reboco e pintura de paredes internas e externas, calçada de proteção em torno da casa, cobertura com materiais adequados, piso cimentado ou de madeiras, recuperação de abrigo de animais e depósitos, substituição de cercas e implantação e/ou implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias. No caso em que as casas não suportem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.

Sendo assim, os investimentos implementados visam a efetivação da saúde preventiva e à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico. Destacam-se ações em Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) nos municípios com população até 50.000 habitantes, em conformidade com as respectivas necessidades, maximizando a eficácia das mesmas e dos resultados, sendo pautadas em consonância com indicadores de saúde.

A Funasa desenvolve também atividades integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizando o acompanhamento de obras em execução do PAC1 e a implementação do PAC2, com a programação de execução de obras de saneamento em mais de 1000 municípios.

Desenvolve ainda as ações de Resíduos Sólidos - “Implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais” diretamente com as cooperativas e associações de catadores e “Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)”. As atividades têm como objetivo fomentar a ampliação da área de cobertura dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, por meio do financiamento de Aterro Sanitário, Construção de Galpão de Triagem e Aquisição de Veículos e Equipamentos, bem como elaboração de Projeto de Galpão de Triagem e de Projeto de Aterro Sanitário.

Além disso, Fundação é responsável pela implementação das ações de saneamento em áreas rurais de todos os municípios brasileiros, inclusive no atendimento às populações remanescentes de quilombos, assentamentos rurais e populações ribeirinhas, conforme definido pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), em fase de elaboração.

Por fim, desenvolve também ações estratégicas preventivas de Saúde Ambiental para a redução dos riscos à saúde humana e ações de estudos e pesquisas na área de saneamento e de saúde ambiental, além de contar com o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), que busca fomentar e apoiar tecnicamente os estados, Distrito Federal e municípios no desenvolvimento de ações, planos e políticas para as ações de controle da qualidade da água para consumo. Completa o rol de ações o eixo de Educação em Saúde Ambiental, entendido como um conjunto de práticas pedagógicas e sociais, de conteúdo técnico, político e científico, que contribuem efetivamente na formação e o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental.

Goiás	Centro-Oeste
Estados limítrofes	Mato Grosso do Sul (SO), Mato Grosso (O), Tocantins(N), Bahia (NE), Minas Gerais (L, SE e S) e Distrito Federal (L)
- Mesorregiões	5
- Microrregiões	18
- Municípios	246
Capital	Goiânia
- Deputados federais	17
- Senadores	3
Área	340 111,783 km ²
População (2016) Ibge	6 730 848 hab.
Economia	2014 (Ibge)
- PIB	R\$165.015.000
- PIB per capita	R\$24.516
Indicadores	2010/2015 (Ibge)
- Esper. de vida	74 anos
- Mort. infantil	15,3‰ nasc.
- Alfabetização	92,7%
- IDH (2010) - Pnud	0,735 – alto

1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

a) Identificação dos principais parceiros

Entre os principais parceiros envolvidos podemos citar: Prefeituras Municipais com até 50.000 habitantes, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Governo Estadual, Comunidades Quilombolas, Órgãos ligados ao Meio Ambiente, CGU, Associações de Municípios, INCRA, Conselho de Engenharia, etc.

b) Principais atores que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade prestadora de contas

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2012-2015, a atuação do Ministério das Cidades foi dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena cabe executar ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nas aldeias. À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cabe exercer a vigilância da qualidade da água nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- a formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) Expectativa da população ou de estrato da população quanto à atuação da UPC

A UPC não realiza pesquisa de satisfação de atendimento nem de impacto de atuação junto à população em razão de sua estratégia de atuação, conforme informado na letra “F”.

e) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis.

f) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As Superintendências Estaduais - Suest – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

g) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

h) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, contudo ainda falta a definição do Regimento Interno.

- i) **As informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.**

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, **não tem autonomia de atuação**, sendo as unidades executoras dos compromissos assumidos pela Instituição em nível central.

1.3. Organograma da Unidade

Quadro 01- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas a Saneamento Básico na Suest	Antônio Jorge de Andrade Figueiredo	Chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública	01.01.2016 a 31.12.2016
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas a Saúde Ambiental na Suest	Antônio Wilson Soares de Oliveira	Chefe do Serviço de Saúde Ambiental	01.01.2016 a 31.12.2016
Serviço de Convênios	Executar e acompanhar as ações de Gestão de Convênios	Maria Helena Batista	Chefe do Serviço de Convênios	01.01.2016 a 31.12.2016

Diante da alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, até a conclusão do presente relatório, o Regimento Interno encontra-se em tramitação no Ministério da Saúde para aprovação. Por essa razão, não constará deste Relatório de Gestão.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

1. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Para execução das suas atividades finalísticas, a Funasa detém de três macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais, sendo eles: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações em Saúde Ambiental, Gestão de Parcerias de

Convênios. As atividades ligadas a cada macroprocesso estão consubstanciadas nos tópicos a seguir.

1.1. Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Trata a relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

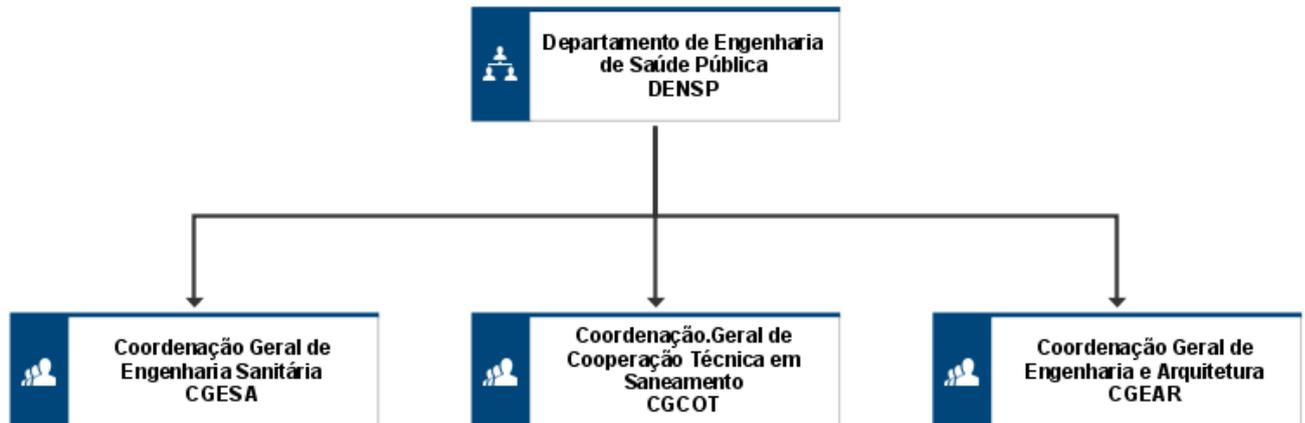
Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle, estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento básico. A Funasa, através das Superintendências Estaduais, realiza apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP, e suas atribuições conforme o Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 11. Ao Departamento de Engenharia de Saúde Pública compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para prevenção e controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento;*
- II – formulação e implementação de ações de saneamento e engenharia, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- III – cooperação técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a melhoria da gestão dos sistemas públicos de saneamento;*
- IV – sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais;*
- V – acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos a obras financiadas com recursos da Funasa; e*
- VI – fiscalização e acompanhamento das obras de engenharia financiadas com recursos da Funasa.”*

Estrutura Organizacional do DENSP (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Quadro descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
----------------	-----------	---------------------	---------------------	--------------------------

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa. As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.	Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHCDC), construção de Cisternas e Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP), Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).

1.2. Gestão de Ações de Saúde Ambiental

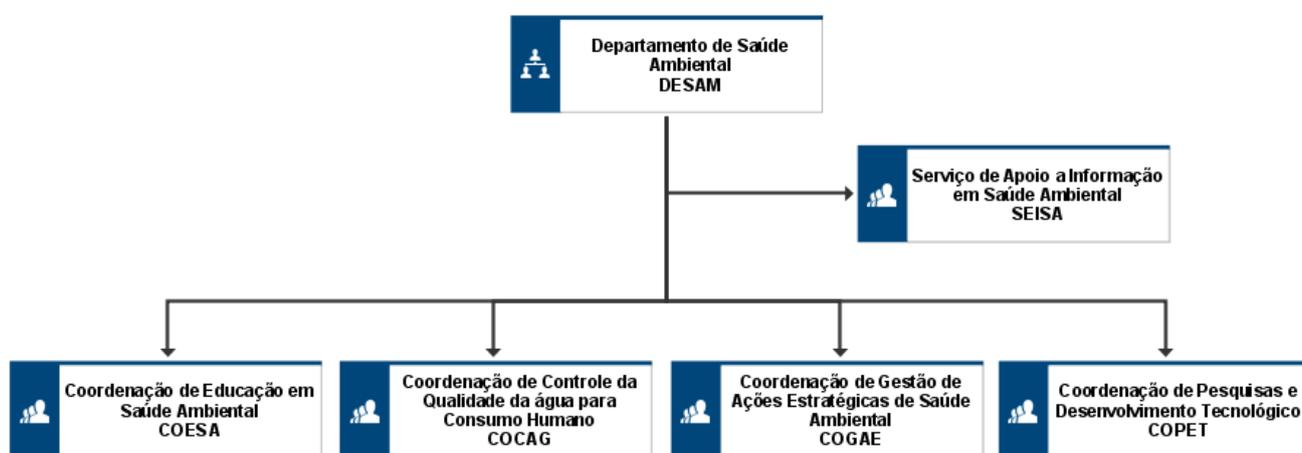
Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. No âmbito deste macroprocesso estão o controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Saúde Ambiental – DESAM e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 12. Ao Departamento de Saúde Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- II – controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;*
- III – apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de atuação da Funasa; e*
- IV – fomento à educação em saúde ambiental.*

Estrutura Organizacional do DESAM (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Quadro descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e Serviço de Saúde Ambiental (SESAM).

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental. No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.			

1.3. Gestão de Parcerias de Convênios

Comporta todos os processos relativos à celebração e gestão de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC (transferência obrigatória).

As unidades responsáveis pelo macroprocesso é a Diretoria Executiva - DIREX e a Coordenação Geral de Convênios – CGCON e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 7. À Diretoria Executiva, órgão seccional integrante dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas a:

- I – programas especiais do Governo federal afetos à Funasa;*
- II - elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, dos planos anuais de trabalho e do plano plurianual;*
- III – elaboração de planos, programas e projetos que visem à melhoria da gestão, do desempenho e dos resultados institucionais;*
- IV – elaboração de propostas subsidiárias ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
- V – sistematização do processo de planejamento e avaliação das atividades institucionais, com base em indicadores de desempenho organizacional, e elaboração do relatório de gestão anual;*
- VI – gerenciamento administrativo dos acordos com organismos internacionais;*
- VII – celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela Funasa e análise da prestação de contas dos recursos transferidos;*
- VIII – gestão orçamentária da Funasa; e*

IX – elaboração da proposta orçamentária da Funasa, em conjunto com os demais Departamentos.”

Quanto às atribuições da Coordenação Geral de Convênios, as mesmas estão em fase de aprovação do Regimento Interno da Funasa, que até o momento da elaboração deste Relatório de Gestão não havia sido aprovado e publicado, porém foi sugerido as seguintes competências:

“Art. 18. À Coordenação-Geral de Convênios - CGCON compete:

- I - propor os procedimentos internos, em conformidade com as diretrizes institucionais, para a celebração, o gerenciamento e a prestação de contas de convênios, os termos de compromisso e instrumentos congêneres;*
- II - manter atualizados bancos de dados com informações sobre convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;*
- III - acompanhar e disseminar a legislação aplicável ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres em nível central e unidades descentralizadas;*
- IV - coordenar as atividades relacionadas à celebração e à prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres celebrados pela FUNASA;*
- V - promover a gestão de convênios, de termos de compromisso e instrumentos congêneres nas unidades descentralizadas; e*
- VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades das coordenações subordinadas.*

Estrutura Organizacional da DIREX (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016)



Quadro descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	<p>Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).</p> <p>As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.</p>	Execução e acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2009, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009A-2014 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2009). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. **Planejamento:** Onde se define os processos a serem mapeados;
2. **Mapeamento:** Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. **Análise e Redesenho do Processo:** Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. **Implementação:** Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estaduais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

Em relação ao macroprocesso de Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, ainda não foram iniciados mapeamentos dos processos desta área finalística. Quanto ao mapeamento dos processos do macroprocesso de Gestão de Ações de Saúde Ambiental, foram iniciados os mapeamentos, análise e melhoria dos processos listados abaixo, com previsão de continuação dos demais macroprocessos no decorrer do ano de 2017:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Educação em Saúde	Fomentar ações de saúde ambiental.

O mapeamento inicial dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Inovação e Infraestrutura Tecnológica/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Direx e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Em outubro de 2014, até o presente momento, foi iniciado um novo ciclo de mapeamento dos processos de gestão de convênios no âmbito da Coordenação Geral de Convênios – CGCON, ainda em andamento, no intuito de melhorar continuamente os processos anteriormente mapeados, bem como normatizá-los, sendo eles:

- Celebração de Convênios
- Instruir para Repasse de Recursos
- Aditivos de Instrumentos de Repasse
- Prestação de Contas de Transferências Voluntárias
- Prestação de Contas de Transferências Obrigatórias
- Controlar Dados de Convênios
- Atender às Diligências dos Órgãos Externos

Os macroprocessos finalísticos mapeados e implementados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

a) Informações sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução.

Para o ano de 2016 o processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da sua missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte (cenário) estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação dos novos objetivos estratégicos.

Como primeira atividade foi elaborado o diagnóstico institucional dividido em duas fases: interna e externa.

A fase interna compreendeu a realização de pesquisa com os colaboradores por meio de questionário disponível na rede interna e formulário impresso.

Em seguida foram realizadas duas oficinas estratégicas locais (SUEST) para construção gradativa e a classificação dos pontos fortes da instituição, fraquezas, oportunidades e ameaças que interferem nos resultados da Funasa (Matriz SWOT).

A fase externa refere-se a pesquisa junto aos agentes de outras instituições críticos para o sucesso da missão da Funasa, mediante aplicação de questionário.

b) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação

Os planos estratégico, tático e operacional ainda estão em construção aguardando a realização da terceira oficina que será efetivada na Presidência da Funasa no primeiro trimestre de 2017.

b) Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A Unidade Jurisdicionada não define qualquer tipo de plano, seja em que nível for. À unidade cabe executar ações e tarefas elencadas no plano operacional, que é definido pelo nível central da Instituição, como desdobramento do seu processo de planejamento.

Com efeito, registra-se que a Superintendência Estadual, é vinculada tecnicamente à estrutura central e não elabora planos de trabalho estratégico. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que base planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a estruturação desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

c) Vinculação do plano da unidade com as competências institucionais e outros planos

Como o processo de realinhamento estratégico está em fase de elaboração, espera-se que ao final da definição dos objetivos estratégicos estes sejam desdobrados em metas e indicadores passíveis de serem descritos no Relatório de Gestão dos exercícios posteriores.

d) Descrição dos objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2016 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

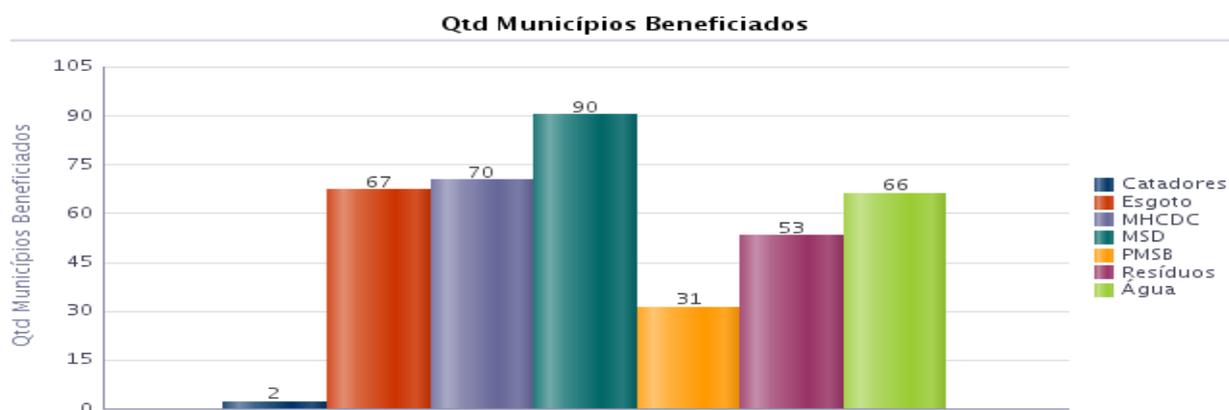
- **SANEAMENTO:**

A área de engenharia de saúde pública não sofreu alteração substancial com relação às estratégias adotadas no ano anterior, vez que não houve alteração nas diretrizes emanadas do nível central. As principais dificuldades encontradas na realização dos objetivos da instituição referem-se a recessão orçamentária do Programa de Aceleração do Crescimento, que reduziu o ritmo de execução física das obras, baixa qualidade de projetos apresentados, bem como a deficiência na fase de implantação e acompanhamento das obras ou produtos das ações por parte dos municípios do interior do Estado, o que dificulta o pleno desenvolvimento dos programas e impõe um processo contínuo de aferição à análise das ações executadas. Como forma de minimizar os riscos, a área técnica desenvolveu visitas preliminares para análise de projetos apresentados, passíveis de se transformarem em convênios ou congêneres; visitas de acompanhamento dos planos de trabalho integrantes dos instrumentos pactuados e em execução; utilização de correspondência para encaminhamento de notificações de irregularidades, bem como de solicitações e/ou informações aos entes conveniados.

A Funasa utiliza como ferramenta de gestão o Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações - SIGA e o *Business Intelligence* - BI para Convênios e Termos de Compromissos. O primeiro é o gerenciador de projetos/ações sendo caracterizado pelas seguintes fases: Carta Consulta; Pré-Seleção; Análise de Projetos; Visita Técnica; Orçamento e Celebração; Pagamento; e Acompanhamento. O segundo é uma ferramenta de gestão da informação, onde é possível extrair relatórios com informações de andamento das ações. Os convênios são acompanhados também por meio do Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv).

Os parâmetros utilizados para a análise da atuação da UPC constante deste relatório abrangem as transferências (voluntárias e obrigatórias) realizadas pela FUNASA, por meio de convênios e/ou termos de compromissos do período de 2002 a 2016, denominado período amostral, constantes do BI, demonstrados através dos relatórios extraídos com data da carga em 30/12/2016, com 469 (quatrocentos e sessenta e nove) instrumentos celebrados, beneficiando 193 (cento e noventa e três) municípios nas sete ações demonstradas no gráfico nº 01.

Gráfico n° 1 - Municípios Beneficiados



* Fonte: Business Intelligence

* Foram retirados os instrumentos que estão com o status da obra "Cancelado" e a fase do Projeto "Em cancelamento".

Como já explicitado no tópico de planejamento a UPC não define qualquer tipo de plano, seja em que nível for. À unidade cabe executar ações e tarefas elencadas no plano operacional, que é definido pelo nível central da Instituição, como desdobramento do seu processo de planejamento e monitoramento pela ferramenta MS-Project. Sendo definido basicamente como atividades: acompanhamento dos instrumentos em execução, realizar e emitir relatórios de visitas e andamento, análise de projetos em seleção e reanálise de pendências.

Destarte, as atividades priorizadas durante o ano de 2016 foram:

- ✓ Acompanhamento dos instrumentos com obras em andamento,
- ✓ Análise de pré-projetos selecionados;
- ✓ Reanálise dos projetos da segunda etapa do PAC 2/2014 para efetuar a desoneração das planilhas orçamentárias;
- ✓ Análise técnica nas prestações de contas final.

Os enquadramentos dos *status* dos instrumentos são definidos conforme as orientações das Ordens de Serviço n°. 01 e 02, respectivamente publicadas em 17/08/15 e 10/10/14, pelo Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa - DENSP, definindo critérios de avaliação quanto aos status da obra, conforme os estágios de execução física.

A seguir é apresentada a tabela com resultados acumulado de 2015 e 2016 dos instrumentos celebrados, através de Programação e Emendas Parlamentares e Programa de aceleração do Crescimento (PAC), em acompanhamento pela UPC. Essa tabela traz os tipos de ação, a quantidade e percentual de instrumentos celebrados e concluídos.

Tabela nº 1 - RESULTADO ACUMULADO DE 2015 E 2016

Ação	Exercício de apuração - 2015			Exercício de Apuração - 2016		
	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual/Concluídos	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual/c Concluídos
Água	75	99	76%	75	84	89%
Catadores	1	3	33%	1	3	33%
Esgoto	34	99	34%	35	93	38%
MHCDC	78	93	84%	77	91	85%
MSD	91	120	76%	93	117	80%
PMSB	3	31	10%	7	31	23%
Resíduos	31	59	53%	29	50	58%
Acumulado	313	504	62%	317	469	68%

* Resultados apurados em 30/12/2015 e 30/12/2016, via Business Intelligence Oracle - BI

* OBS.: Excluídos os Status "Cancelados".

A Divisão de Engenharia realiza o acompanhamento dos instrumentos através de visitas técnicas, reunindo com os gestores e técnicos dos municípios, e sempre emitindo relatórios e diligenciando-os quando necessário. De um universo de 114 instrumentos vigentes, 73 encontram-se com obras iniciadas ou concluídas. O gráfico abaixo demonstra a quantidade de instrumentos conforme o avanço físico. Vale esclarecer que o ritmo de execução ficou prejudicado considerando o déficit orçamentário do Programa de Aceleração do Crescimento, em detrimento aos cortes orçamentários.

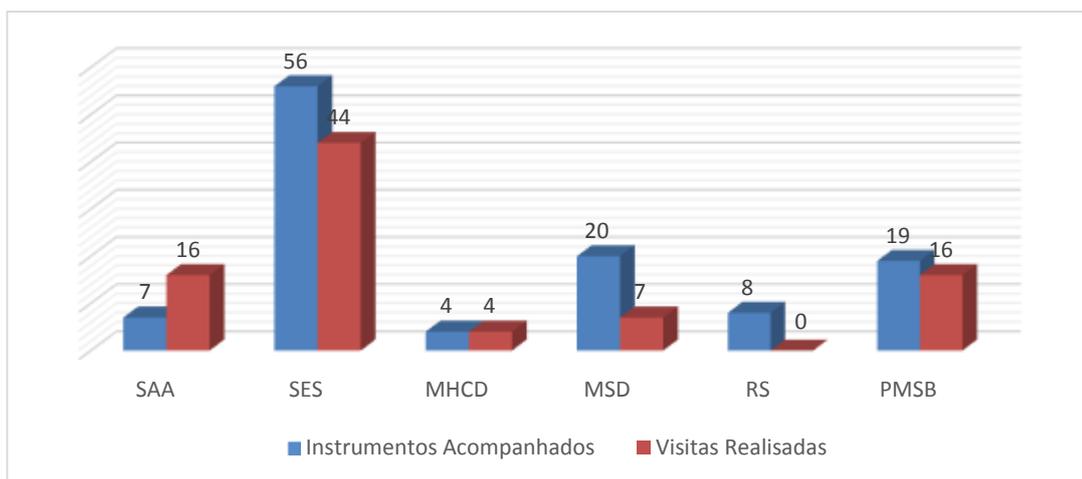
Gráfico nº 2 – Avanço físico dos Instrumentos



Fonte: Business Intelligence

No exercício 2016 foram realizadas 87 visitas às obras desses instrumentos. Outra atividade realizada é a análise física das prestações de contas finais nos instrumentos com vigência encerrada, tendo sido realizadas 27 visitas. O gráfico abaixo ilustra as visitas realizadas em cada ação, referente aos instrumentos vigentes.

Gráfico nº 3- Quantidade de visitas realizadas no exercício de 2016



* Fonte: DIESP/Relatórios de Prestação de Contas de Visita Técnica

Da análise dos resultados acumulados (Tabela 1), verifica-se que foram concluídos 4 instrumentos no exercício de 2016. É importante ressaltar que o número de instrumentos celebrados diminuiu de 504 para 469 devido aos cancelamentos ocorridos no exercício, o que refletiu no percentual de obras concluídas, que passou de 62% para 68%.

No Programa de Aceleração do Crescimento–PAC, ao longo dos anos de 2007 a 2014, foram celebrados 200 (duzentos) instrumentos para o Estado de Goiás. Dos instrumentos celebrados, 88 (oitenta e oito) foram concluídos, 2 (duas) concluídas sem início de operação, 30 (trinta) encontram-se com status de obra em execução, 32 (trinta e dois) não iniciados, 17 (dezesete) paralisados, 22 (vinte e dois) cancelados e 9 (nove) foram encerrados.

Por força da Lei nº 12.546/2011, referente à desoneração da folha de pagamento, e com orientação da Presidência da Funasa, por meio da Nota Técnica 001/2014/DENSP/CGEAR/COENG, os 41 (quarenta e um) projetos da segunda etapa do PAC2 foram retornados de fase no SIGA e colocados em reanálise para adequação dos orçamentos e dos planos de trabalho. É importante destacar o grande esforço da UPC junto aos municípios para que fossem aplicados os normativos sobre a desoneração de encargos sociais nas obras de infraestrutura de saneamento.

Dos 41 (quarenta e um) processos retornados, 29 (vinte e nove) tiveram os processos de reanálise concluídos, 12 (doze) aguardam regularizar pendências técnicas.

Tabela nº 2 - PAC/FUNASA –SUEST-GO – 2007-2016 (PAC 1 e 2)

Ação	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual Concluídos
Água	18	24	75%
Esgoto	6	64	9%
MHCDC	56	57	98%
MSD	8	24	33%
Acumulado	88	169	52%

Fonte: Business Intelligence - Data da Carga: 30/12/2016

*Foram retirados os instrumentos que estão com o status da obra "Cancelado" e a fase do Projeto "Em cancelamento".

Da análise dos dados constantes da Tabela 2, em 2016 não houve instrumento concluído em relação ao exercício anterior, no entanto, foram extraídos da quantidade de instrumentos celebrados, os que tiveram status “Encerrada Sem Etapa Útil” e “Não Executada”, o que aumentou o percentual de instrumentos concluídos de 49% no exercício de 2015 para 52% no exercício de 2016. É preciso esclarecer que, em pese o percentual de 9% de objeto concluído na ação Esgoto, a maioria das celebrações ocorreram no exercício de 2014, sendo que 13 (treze) foram iniciadas em 2015. Já os 33% na ação “Módulos Sanitários Domiciliar”, decorrem das reiteradas alterações dos intervenientes do Governo do Estado.

A seguir é apresentada a tabela referente aos instrumentos celebrados, através de Programação e Emendas Parlamentares, em acompanhamento pela UPC desde 2002.

Tabela nº 3 - CV/FUNASA –SUEST-GO – RESULTADOS 2002-2016

Ação	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual Concluídos
Água	57	60	95%
Catadores	1	3	33%
Esgoto	29	29	100%
MHCDC	21	34	62%
MSD	85	93	91%
PMSB	7	31	23%
Resíduos	29	50	58%
Acumulado	229	300	76%

Fonte: Business Intelligence - Data da Carga: 30/12/2016

* Foram retirados os instrumentos que estão com o status da obra "Cancelado" e a fase do Projeto "Em cancelamento".

Foram 464 instrumentos celebrados para o Estado de Goiás desde 2002. Desses, 229 (duzentos e vinte e nove) foram concluídos, 20 (vinte) encontram-se em execução, 23 (vinte e três) não iniciados, 27 (vinte e quatro) foram encerrados, 2 (dois) estão paralisados, 16 (dezesesseis) não lograram êxito na aprovação dos projetos e 147 (cento e quarenta e sete) foram cancelados.

O acompanhamento dos instrumentos de repasse com objetivo da elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB, têm como objetivo assegurar aos entes federados as condições necessárias ao planejamento das ações locais de saneamento ambiental e a sustentabilidade dos serviços, sendo uma importante atividade desempenhada por meio da participação em reuniões e audiências públicas, bem como a análise dos produtos que compõe o PMSB. Foram 31 instrumentos celebrados nos exercícios de 2009 a 2012, com monitoramento através SICONV e SIGA.

A situação atual em relação aos PMSB são 9 (nove) cancelados, 16 (dezesesseis) em execução e 07 (sete) concluídos, sendo 03 (três) no exercício de 2015 e 04 (quatro) no exercício de 2016.

Vale ressaltar que muito embora haja priorização do apoio a esta ação, o atraso na execução dos PMSB é devido a dois fatores: a especificidade do processo de elaboração dos estudos técnicos de média complexidade, assegurando a participação e controle social, tendo os municípios encontrado dificuldades na contratação e mobilização e, a elaboração dos produtos em consonância ao Termo de Referência da Funasa, ocasionando muitas correções.

Em continuidade às ações referentes ao PMSB, a Funasa celebrou com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) o Termo de Execução Descentralizada nº 17/2014 em 30 de dezembro de 2014, que tem por objetivo capacitar técnicos e assessorar as prefeituras na elaboração dos planos municipais de saneamento básico - PMSB, com população de até 50.000 habitantes, no estado de Goiás, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 que define as diretrizes nacionais e estabelece a Política Federal de Saneamento Básico e da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No exercício de 2015 foram selecionados, através da Portaria nº 704, de setembro de 2015 da Funasa, 66 municípios para a elaboração do PMSB. No exercício de 2016 houve redução de 11 municípios devido à desistência por, principalmente, já possuírem PMSB. Com o novo plano de trabalho, está previsto a elaboração do PMSB em 55 municípios.

Em sequência deu-se o início à capacitação dos técnicos indicados pelos municípios e o desenvolvimento das atividades de planejamento da coordenação do projeto (Funasa-IFG). A liberação do recurso para continuidade das atividades ocorreu em 30 de outubro de 2016, retardando a execução do cronograma previsto com os municípios.

Relativamente às obras com status "Paralisadas", por orientação da Portaria Nº 586, de agosto de 2015, da presidência da Funasa, que institui periodicidade de 4 (quatro) meses para inclusão do Relatório de Andamento, os quais são de responsabilidade exclusiva dos convenientes/compromitentes, para fins de acompanhamento da situação de execução das obras, a UPC notificou os compromitentes para a identificação dos motivos da paralisação, bem como as medidas adotadas para retomada da obra.

No exercício de 2016 foi publicada a Portaria nº 348, de 14 de novembro, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual dispôs sobre diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos com valor de investimento inferior a R\$ 10.000.000,00, constantes do PAC e com status de obra paralisada. Foram estipulados prazos para a retomada de execução e conclusão dessas obras, quais sejam: 30 de julho de 2016 para que a execução seja retomada; 30 de junho de 2018 para a conclusão das obras com execução financeira superior a 50% do valor do

investimento em 30 de junho de 2016; 30 de dezembro de 2018 para conclusão das obras com execução financeira igual ou inferior a 50% do valor do investimento em 30 de julho de 2016.

Um ponto importante que deve ser esclarecido é a grande quantidade de convênios cancelados, que se deve por vários motivos, onde destacamos a baixa qualidade dos projetos apresentados pelos municípios, culminando em incertezas acerca de sua funcionalidade, a incompatibilidade das listas de beneficiários com os planos de trabalho e, por último, a perda dos prazos estipulados em cláusulas dos termos de convênios para apresentação e aprovação dos projetos.

Há que se registrar o empenho de toda a equipe de trabalho no sentido de reduzir, por meio de contatos e entrevistas, substancialmente o tempo entre a celebração do instrumento e o efetivo início da obra, visando dar maior celeridade aos instrumentos pactuados e alcance do indicador destacado no tópico pertinente deste relatório.

- **SAÚDE AMBIENTAL**

Seção de Apoio ao Controle de Qualidade da Água (SACQA)

A Seção de Apoio ao Controle da Qualidade da Água, em cumprimento à missão institucional e ao plano de ação firmado em 2016, foi responsável por diversas e importantes ações:

Durante o ano de 2016 foram capacitados técnicos de 14 municípios (responsáveis pela Vigilância e pelo Controle da Qualidade da Água), por meio de visitas técnicas. Desses, em 2 municípios que possuem áreas especiais quilombolas foram capacitados os responsáveis pela operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes nessas localidades. Estas capacitações visaram o aperfeiçoamento de conhecimentos quanto à coleta, armazenamento e envio de amostras. A sustentabilidade dessas ações nos municípios tem sido prejudicada pela rotatividade dos técnicos treinados e pela baixa escolaridade dos responsáveis pelos sistemas de abastecimento nas comunidades quilombolas.

Foram programadas para o laboratório da Seção de Apoio ao Controle da Qualidade da Água (SACQA) 3.500 análises físico-químicas e microbiológicas da água dos municípios e comunidades especiais, sendo que a meta foi ultrapassada, com 5.901 análises realizadas. Em relação aos quilombolas, foram feitos, além dos exames laboratoriais, treinamentos "in loco" para os responsáveis por 14 comunidades, visando o monitoramento da qualidade da água de consumo das comunidades quilombolas por meio de mecanismos simplificados de cloração. Nos exames microbiológicos foram verificadas 284 análises com resultados em desacordo com a portaria 2914/11 do Ministério da Saúde que dispõe sobre padrões de portabilidade da água. Os municípios foram comunicados sobre os resultados e foram repassadas orientações técnicas para procurarem viabilizar a correção dos problemas. Alguns destes problemas, de mais fácil solução como coleta, armazenagem e envio de amostras de forma inadequada são em parte superados com as capacitações dadas pela SACQA. Outros são advindos de deficiências estruturais dos sistemas de abastecimento que necessitam de projetos, obras de engenharia e conseqüentemente a disponibilidade de recursos financeiros.

Uma vistoria técnica no SAAE (Sistema Autônomo de Água e Esgoto) de Faina, foi realizada para levantamento de necessidades a fim de que sejam corrigidos problemas de operação. Bem como a reativação do sistema de tratamento de água do povoado de Aparecida de Loyola, município de Corumbá de Goiás, a dificuldade que foi encontrada relaciona-se com a falta de mão de obra especializada para operar o sistema.

Com objetivo de verificar a possibilidade da construção de um poço tubular profundo para reforçar o abastecimento de água na localidade quilombola Riachão do município de Monte Alegre foi feito um diagnóstico de campo em parceria a DIESP. Foi constatada a impossibilidade da construção do poço devido ao perfil topográfico da região, com serras e estradas com subidas e descidas excessivamente íngremes, o que tornaria inviável a operação de transporte dos equipamentos pesados de perfuração. Para reduzir o problema foi sugerida a realização de ações de educação em saúde ambiental com a população local, junto com medidas de proteção do local de captação.

Na visão global dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2016 pela SACQA, obtivemos alguns avanços, destacando-se ações de controle da qualidade da água em municípios e comunidades quilombolas. Ressaltamos também o bom índice de análises físico-químicas e microbiológicas, ultrapassando o percentual previsto para o ano.

Como atividades complementares, foram realizadas 6 palestras e diversos eventos educativos para os servidores da Funasa e Ministério da Saúde com o tema: Ações de Prevenção e Combate ao *Aedes aegypti*. A mesma palestra também foi proferida para os servidores dos Correios.

Gráfico nº 4

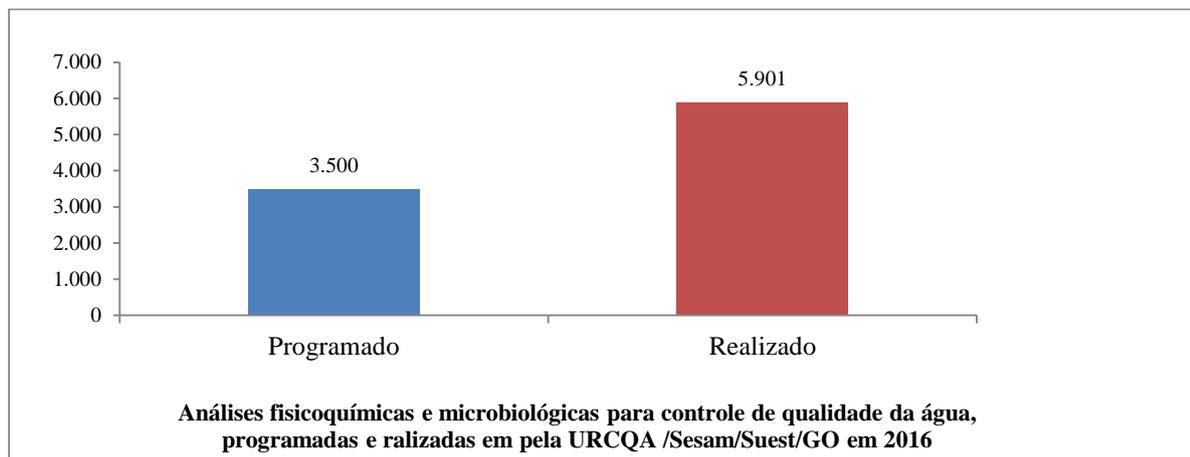
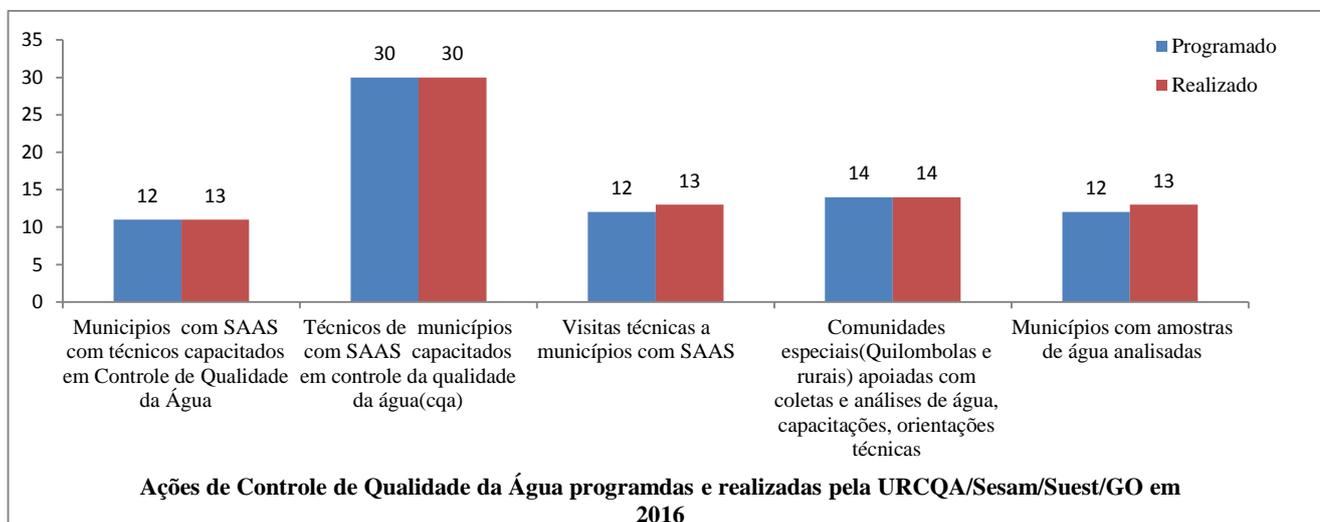


Gráfico nº 5



Seção de Educação em Saúde Ambiental – SADUC

As ações de Educação em Saúde Ambiental contribuem efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

No Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental a equipe da Saduc prestou apoio técnico na reanálise e adequação de projetos dos 12(doze) municípios contemplados com convênios de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016. Foram feitas orientações aos técnicos municipais responsáveis pela execução dos projetos, no que concerne aos ajustes dos planos de trabalho, detalhamento das metas e etapas, em reuniões na sede da Funasa e no município de Divinópolis-GO.

A Equipe de Educação em Saúde incentivou e orientou 12 (doze) municípios goianos a instituírem o Núcleo de Educação em Saúde Ambiental por meio de decreto municipal, visando o fortalecimento das ações de educação em saúde, conforme recomendação contida na Portaria/Funasa Nº586 de 14 de julho de 2014.

A Equipe de Educação em Saúde incentivou e orientou 12 (doze) municípios goianos a instituir o Núcleo de Educação em Saúde Ambiental nos municípios por meio de Decreto municipal, visando o fortalecimento das ações de educação em saúde, conforme recomendação contida na Portaria/Funasa Nº586 de 14 de julho de 2014.

A divulgação do Edital de Chamamento de 2016, relativo ao Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, foi realizada por telefone, e-mail e também em parceria com diversas associações de municípios.

Ações educativas aos servidores também foram realizadas, como a comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março), com exposição de vídeos alusivos ao tema, palestras educativas, inclusive sobre as doenças transmitidas por veiculação hídrica; Dengue, Chikungunya, Zika Vírus, etc.; e discussão com a plateia.

Houve o acompanhamento do Projeto "*Água: seu uso, seu valor*", proposta educativa a ser aplicada nas escolas rurais, implantado no município de Teresina de Goiás.

O projeto tem como objetivos:

- ✓ Despertar o senso crítico da comunidade escolar para a importância da água como um bem necessário e escasso;
- ✓ Desenvolver a responsabilidade individual e coletiva para com a conservação e o uso adequado das instalações hidrossanitárias;
- ✓ Promover a reflexão a respeito do uso consciente e racional da água, evitando o desperdício e contaminação;
- ✓ Perceber a importância da água na higiene pessoal;
- ✓ Entender como os hábitos não saudáveis contribuem para o surgimento de doenças parasitárias virais e bacterianas.

O acompanhamento do desenvolvimento das atividades da proposta educativa no município de Teresina, região nordeste de Goiás, envolveu a comunidade escolar quilombola kalunga de três localidades: Diadema (onde se localiza a escola municipal), Ema e Limoeiro.

Realizou-se também reuniões com o Prefeito, a Secretária Municipal de Educação, Diretora e Professoras da Escola da comunidade de Diadema.

2.2. Desempenho Orçamentário

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações **NÃO SE APLICAM A ESTA UPC.**

2.2.1. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação orçamentária definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes ao desempenho orçamentário dos Programas, Objetivos e Ações **NÃO SE APLICAM A ESTA UPC.**

2.2.2. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.2.2.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, etc, portanto este item **NÃO SE APLICA A ESTA UPC.**

2.2.2.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

Quadro 2 Prestação de contas sobre transferências concedidas.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Presidência)				
CNPJ: 26.989.350/0001-16		UG/GESTÃO: 255000/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	05	
		Montante Repassado	5.368.399,49	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	10	
		Montante Repassado	13.223.058,85	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	
		Montante Repassado	602.540,40	

Fonte: Siafi

2.2.2.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

O quadro a seguir contempla informações sobre a análise de contas pela unidade concedente ou contratante (UPC ou de subunidade da UPC) que foram apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão. Assim, tomando por base as contas prestadas no exercício, UPC deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela unidade.

Quadro 3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Presidência) UG/Gestão: 255000/36211 CNPJ: 26.989.350/0001-16				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos repasse de	Outros (PAC)
Contas analisadas	Quantidade aprovada	20	-	21
	Quantidade reprovada	05	-	05
	Quantidade de TCE instauradas	02	-	03
	Montante repassado (R\$)	10.223.230,20	-	14.998.789,56
Contas NÃO analisadas	Quantidade	11	-	17
	Montante repassado (R\$)	2.139.915,58	-	14.396.925,56
Fonte: Siafi				

2.2.2.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores

Quadro 4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Estadual em Goiás					
UG/GESTÃO: 255009					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	11
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso (PAC)	-	01	-	01	15

Análise Crítica

A SUEST-GO referente à situação da gestão das transferências, voluntárias e obrigatórias em execução sempre teve a preocupação de esgotar todas as medidas administrativas objetivando a obtenção das regularizações pretendidas quando diz respeito a irregularidades constatadas, quer na execução física da obra quer na execução financeira do recurso repassado referente a convênios e/ou termos de compromissos avençados, em caso de insucesso e o registro da situação de inadimplência seja inevitável, de imediato instaura-se a competente Tomada de Contas Especial-TCE ou o Processo Administrativo de Cobrança, mas é importante ressaltar, que sempre respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa do agente responsável.

Em conjunto com a força tarefa da Presidência, no exercício de 2016 promoveu-se a análise dos instrumentos expirados até dezembro de 2015. Com efeito, a UPC contava com 78 (setenta e oito) instrumentos aguardando análise financeira, destes 51 (cinquenta e um) foram analisados, restando ainda o saldo de 27 instrumentos a analisar, que deverão ser priorizados no decorrer do exercício seguinte.

Relativamente à evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2016, a FUNASA continua enfrentando sérias dificuldades relacionadas à insuficiência de servidores em todas as áreas de atuação, em especial na área de convênios, quer seja pela complexidade julgada por uns, o desestímulo salarial alegado por outros e somado a estes fatores existe o complicador principal que é o número reduzido de servidores. Importa ressaltar que o Setor de Prestação de Contas/SOPRE conta atualmente com apenas 02 (dois) servidores sendo 01 (um) com pouca experiência na área de análise de prestação de contas. A estes fatos somam-se a necessidade de repetidos trabalhos e retrabalhos resultando em expedição de correspondências por mais de uma vez, objetivando a correção de impropriedades/irregularidades constatadas nas prestações de contas apresentadas, demandando tempo excessivo em apenas uma prestação de contas final.

Importante ressaltar, ainda, que apesar dos esforços contínuos para realizar as análises de prestações de contas pendentes, a carência de capacitação já vem demonstrando ser um empecilho na continuidade da progressão dos trabalhos. Isso porque os convênios celebrados a partir de 2009 são registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV, ferramenta em constante aperfeiçoamento, que exige contínua participação em treinamentos.

A despeito das recomendações dos órgãos de controle quanto a providências de recomposição da força de trabalho no Setor de Prestação de Contas - SOPRE, registramos que tal assunto é de extrema complexidade uma vez que o cerne da questão só se resolveria com seleção de novos servidores mediante concurso público, o que evidentemente, foge à esfera de governabilidade desta Superintendência Estadual. Por outro lado, o simples remanejamento interno de pessoas tem se mostrado altamente ineficaz, o perfil esperado para o analista de prestação de contas exige uma gama de conhecimentos específicos aliados à competência técnica, singularidades que não são encontradas facilmente no quadro atual.

Em síntese, no exercício de 2016 foram analisadas 51 prestações de contas finais, sendo 41 aprovadas, destas, 15 foram aprovadas com ressalvas, tendo em vista que ficou evidenciada apenas impropriedade e/ou falhas de natureza formal que não causaram danos ao erário, vez que o objeto foi devidamente cumprido de acordo com as normas legais, a finalidade alcançada e beneficiado a sociedade a qual se destinou e, sobretudo, restou comprovado que os recursos foram, de fato, ali empregados, ou seja, ficou demonstrado o nexo de causalidade financeira. Os respectivos pareceres foram devidamente registrados e passam a fazer parte deste relatório de gestão (Anexo I). Do quantitativo referido acima foram instauradas 05 Tomada de Contas Especial-TCE e neste exercício foram instaurados também 02 Processos Administrativos de Cobrança, cujo valor do dano ao erário foi inferior ao estabelecido pelo TCU para abertura do processo de tomada de contas.

Com relação às razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos três exercícios é de competência regimental do Órgão Central da FUNASA a informação quanto as medidas adotadas para gerir as transferências.

Assim sendo, são evidentes as dificuldades para o alcance da eficiência e eficácia dos procedimentos pretendidos e prazos determinados pela legislação pertinente, mas também fica demonstrado que a SUEST-GO continua buscando alternativas para solucionar problemas, atingir metas e objetivos, nos limites de sua competência regimental e capacidade instalada.

2.2.3. Informações sobre a Execução das Despesas

2.2.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 5 Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)								
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	1.286.045,99	70,62	784.746,75	59,63	649.670,26	57,11	721.063,30	58,30
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)								
h) Dispensa	187.257,67	10,28	157.227,33	11,95	157.016,52	13,80	145.466,57	11,76
i) Inexigibilidade	123.498,67	6,78	63.251,28	4,81	106.422,56	9,36	59.456,70	4,81
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos	1.556,00	0,09	1.395,01	0,11	1.556,00	0,14	1.395,01	0,11
4. Pagamento de Pessoal (k+l)								
k) Pagamento em Folha								
l) Diárias	129.266,63	7,10	196.374,40	14,92	129.266,63	11,36	196.374,40	15,88
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	93.576,46	5,13	113.070,85	8,58	93.576,46	8,23	113.070,85	9,14
6. Total das Despesas da UPC	1.821.201,42	100	1.316.065,62	100	1.137.508,43	100	1.236.826,83	100

Fonte: Siafi/Saofi

2.2.3.2. Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 6 Despesas por grupo de elemento de despesa

Unidade Orçamentária	7479		Código UO	36211		UGO	255009			
DESPESAS CORRENTES										
Grupo de Despesa	Elemento de Despesa		Empenhadas		Liquidadas		RP não processado		Valores Pagos	
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR								
	03	PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS								
	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO								
	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL								
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS								
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL								
	91	SENTENÇAS JUDICIAIS								
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO								
2 - Juros e Encargos da Dívida										
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO								
	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	62.684,37	78.410,86	62.684,37	78.410,86			62.684,37	78.410,86
	14	DIÁRIAS - CIVIL	129.171,63	196.374,40	129.171,63	196.374,40			129.171,63	196.374,40
	30	MATERIAL DE CONSUMO	148.866,87	137.111,65	115.750,53	131.128,35	33.116,34	5.983,30	115.750,53	131.128,35
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.438,26		21.680,64		1.757,62		21.680,64	
	35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA								
	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68
	37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68

	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68	278.860,68
	41	CONTRIBUICOES								
	46	AUXILIO-ALIMENTACAO								
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7.903,98	8.705,43	7.843,55	8.644,67	60,43	60,76	7.843,55	8.644,67
	49	AUXILIO-TRANSPORTE								
	59	PENSOES ESPECIAIS								
	91	SENTENCAS JUDICIAIS	13.040,04	12.304,08	13.040,04	12.304,08			13.040,04	12.304,08
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.085,22		7.085,22				7.085,22	
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES		180,00		180,00				180,00
	95	INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO								
DESPESAS DE CAPITAL										
4 - INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ								
	41	CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO								
	42	AUXILIOS - FUNDO A FUNDO								
	51	OBRAS E INSTALACOES	559.700,00				559.700,00			
	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		285,00		285,00				285,00
	70	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO								
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES								
5 - Inversões Financeiras										
6 - Amortização da Dívida										

Fonte: Siafi/Saofi

Análise Crítica

Ao contrário dos anos anteriores, não foi disponibilizado pela presidência da Funasa o Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária – SPGO. Contudo a unidade planejou suas ações e as executou por meio de planilhas da própria unidade.

No orçamento de custeio obtivemos percentual compatível à execução dos exercícios anteriores, pois foi atingido o percentual de 88,93. Quanto ao orçamento de investimento o percentual foi de 78,43 %, isto porque o valor resultado da licitação de perfuração de poços ficou abaixo do estimado.

As licitações tiveram andamento dentro do esperado, não tendo havido nenhuma ocorrência digna de ser considerada como dificuldade. A Salog adota 'check-list' e fluxograma como rotina para assegurar o cumprimento das condicionantes legais vigentes, para aplicação dos procedimentos relativos aos Pedidos de Bens e Serviços (PBS), passo inicial para a contratação na Unidade, seja

mediante procedimento licitatório ou diretamente com o fornecedor, quando da gestão dos contratos.

Já o setor de compras realiza a análise dos processos em sua fase inicial. O processo já instruído é encaminhado à Comissão Permanente de Licitação - CPL para fins de elaboração da minuta do Edital com base na autorização do Superintendente e posteriormente é submetido à Procuradoria Geral para análise da minuta conforme legislação vigente.

A CPL (Comissão Permanente de Licitação) está adequadamente estruturada, cujos membros são designados mediante Portaria, atuando nos processos licitatórios e também como pregoeiros, os devidos registros no SIASG e Comprasnet são realizados sem problema algum.

Quanto ao planejamento, registramos que no início do exercício é realizado o levantamento das necessidades, cujo escopo visa dar cumprimento à Missão Institucional e de acordo com o limite orçamentário disponibilizado para Unidade, conforme a série histórica.

2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicador 1

Item	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Meta do Indicador	Método de Aferição	Série Histórica		
							Resultado 2014	Resultado 2015	Resultado 2016
1	Percentual de obras/equipamentos/planos concluídas em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados.	Aferir a efetividade da implementação de obras/equipamentos/planos (acumulada)	(Quantidade de instrumentos com obras/equipamentos/planos concluídas até o exercício de apuração/ Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração)*100	(317/469)*100	100% dos instrumentos de repasse com obras/equipamentos/planos concluídas	Extração de relatórios gerenciais dos sistemas de informação.	55%	66%	68%

Fonte: Business Intelligence BI, DIESP: 31.12.2016.

Análise Crítica

No exercício de 2016 foram concluídas 04 (quatro) instrumentos de PMSB. O resultado acumulado reflete o percentual de instrumentos concluídos em razão da quantidade de instrumentos celebrados desde 2002, excluindo-se os instrumentos cancelados e/ou encerrados sem etapa útil.

Em que pese a meta do indicador ser 100% de obras concluídas, na prática não é possível atingir essa meta, pois a tendência é de sempre haver obras em andamento.

Indicador 2

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice de Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de municípios acompanhados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios acompanhados tecnicamente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios acompanhados tecnicamente}}{\text{N}^\circ \text{ de municípios programados}} \times 100$	$\frac{0}{12} \times 100$	Sigob e Siconv	Anual	100%	100%	0%

Fonte: Desam

¹ **Índice de referência** – Última medição do indicador: 12/2013.

² **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2014.

Análise crítica

Foram programados acompanhamentos técnicos em 2016 de 12 projetos de fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental. Porém, não foram efetuadas pela Presidência da Funasa as liberações para pagamento das primeiras parcelas aos municípios, portanto nenhum desses municípios executaram as ações e não tiveram acompanhamento da Saduc.

Indicador 3

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice de Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de comunidades especiais atendidas}}{\text{N}^\circ \text{ total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{03}{03} \times 100$	Relatório consolidado da Coesa	Anual	100%	100%	100%

Fonte: Desam

¹ **Índice de referência** – Última medição do indicador: 12/2013.

² **Índice de previsto** – 100% dos de comunidades especiais atendidas.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2014.

Análise crítica

O acompanhamento do desenvolvimento das atividades da proposta educativa no município de Teresina, região nordeste de Goiás, envolveu a comunidade escolar quilombola kalunga de três localidades: Diadema, onde se localiza a escola municipal; Ema e Limoeiro. Realizou-se também reuniões com o Prefeito, a Secretária Municipal de Educação, Diretora e Professoras da Escola da comunidade de Diadema.

O projeto foi implantado com muito interesse e empenho pelas professoras em executar as atividades pactuadas. As professoras fizeram uma avaliação positiva do projeto e a sua execução contribuiu, inclusive, para a realização de outras atividades escolares.

Indicador 4

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de municípios com técnicos capacitados}}{\text{N}^\circ \text{de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{13}{12} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Anual	100%	100%	100%

Fonte: Desam

¹ Índice de referência – Última medição do indicador: 12/2015.

² Índice de previsto – 100% dos municípios com técnicos capacitados

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016

Análise crítica

As capacitações para os técnicos dos municípios com serviço de água autônomos e também para os técnicos das áreas especiais (quilombolas e rurais), foram realizadas em serviço por meio de visitas técnicas previamente programadas. Foram capacitados profissionais de 13 municípios, o público-alvo, em 10 municípios, foram os servidores municipais, responsáveis pela Vigilância e pelo Controle da Qualidade da Água. Em 3 municípios pertencentes a áreas especiais quilombolas foram priorizados os responsáveis pela operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes nas localidades quilombolas. Nestas capacitações destacamos que o conteúdo programático atingiu as expectativas dos participantes os quais tiveram aperfeiçoamento de seus conhecimentos quanto à coleta de amostras de água, práticas sobre exames laboratoriais básicos, preenchimento de formulários e tratamento da água.

Indicador 5

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Obseado ³
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios com análises realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{13}{12} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Anual	100%	100%	100%

Fonte: Desam

¹ **Índice de referência** – Última medição do indicador: 12/2015.

² **Índice de previsto** – 100% dos municípios programados com amostra de água analisadas.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016

Análise crítica

Foi programada para o laboratório da Seção de Apoio ao Controle da Qualidade da Água, a realização de 3.500 análises físico-químicas e microbiológicas dos municípios e comunidades especiais, sendo que a meta foi ultrapassada com 5.901 análises realizadas. Também foram feitas visitas técnicas a esses locais com a finalidade de treinar os responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água. Na visão global dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2016 pela Seção de Apoio ao Controle da Qualidade da água, obtivemos alguns avanços, destacando-se ações de controle da qualidade da água em municípios e comunidades quilombolas. Ressaltamos também: o bom índice de análises físico-químicas e microbiológicas, ultrapassando o percentual previsto para o ano, vistoria técnica no SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto no município de Faina-Go, através de um técnico engenheiro do SESAM, visando levantamento de necessidades operacionais e também a reativação do sistema de tratamento de água do povoado de Aparecida de Loyola no município de Corumbá de Goiás-Go, realizada também por este técnico.

Indicador 6

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Obseado ³
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de exames realizados}}{\text{N}^\circ \text{ de exames programados}} \times 100$	$\frac{311}{100} \times 100$	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Anual	100%	100%	100%

Fonte: Desam

¹ Índice de referência – Última medição do indicador: 12/2015.

² Índice de previsto – 100% de exames programados de qualidade da água em comunidades especiais.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016

Análise crítica

Em relação as Comunidades especiais trabalhadas (quilombolas e área rural), foram realizados 311 exames laboratoriais, reativação do sistema de tratamento de água do povoado de Aparecida de Loyola no município de Corumbá de Goiás e levantamento situacional do sistema de abastecimento de água da localidade quilombola de São Sebastião da Garganta no município de Silvânia-Goiás, visando monitorar a qualidade da água de consumo humano, bem como avaliar o funcionamento e execução de possíveis correções no funcionamento dos mecanismos simplificados de cloração implantados em algumas Comunidades Quilombolas por meio da Funasa.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

A FUNASA possui em sua central (Presidência) uma Unidade de Auditoria Interna - AUDIT, que possui como competências, na forma do regimento interno da Instituição, o que se segue:

- I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como a execução dos programas de governo a cargo da Funasa;
- II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Funasa;
- III - planejar, executar e acompanhar os trabalhos de auditorias preventivas e corretivas nos órgãos e unidades descentralizadas da Funasa, inclusive nos entes responsáveis pela movimentação de recursos transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos similares;
- IV - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional; e
- V - promover a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais.

A AUDIT é uma Unidade Seccional da estrutura da Presidência desta Fundação, com vinculação técnica junto à Controladoria Geral da União/CGU, sendo importante destacar que a Unidade de Correição da FUNASA também integra a Auditoria Interna. A Corregedoria – COREG é responsável por ações de prevenção e apuração de irregularidades que impliquem instauração e condução de procedimentos correccionais.

Portanto, as Superintendências Estaduais não possuem estrutura de auditoria interna, sendo da AUDIT a competência pelas ações de controle na forma do Estatuto e Regimento Interno da FUNASA e cabendo às Superintendências Estaduais o atendimento de recomendações emanadas da Unidade de Auditoria Interna e atendimento de diligências a elas direcionadas, bem como, por óbvio, zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos afetos a cada área de atuação da SUEST. Consta no Anexo II, o Parecer de Contas Anual de 2015.

Por fim, esclarecemos que a FUNASA não tem institucionalizado comitês de avaliações e, por sua natureza jurídica, não se utiliza de auditoria independente e não possui conselhos externos.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Funasa tem competência para instaurar e julgar as ações correicionais, com fulcro no art. 1º, I e II, da Portaria nº 504/2014, e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº 01/2012 (ambas se constituem em norma interna da Funasa).

A Funasa possui servidores capacitados e aptos para desenvolver atividades correicionais, com exceção da sindicância patrimonial. Todavia o número de servidores treinados é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa, além de que com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, um número expressivo de servidores que atuavam efetivamente na execução dessa atividade, foi redistribuído.

A Funasa tem garantido o suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos.

No exercício de 2016, esta UPC instaurou e concluiu apenas 2 (duas) Sindicâncias.

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

Quadro nº 7 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Análise crítica e comentários relevantes:

A SUEST/GO NÃO POSSUI EM SUA ESTRUTURA SETORES ESPECÍFICOS DESTINADOS AO CONTROLE INTERNO (AUDITORIA); AS AÇÕES VOLTADAS PARA O CONTROLE SÃO DESENVOLVIDAS PELAS DEMAIS UNIDADES MEDIANTE ADOÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS DE CONTROLE, COM APOIO DA PROCURADORIA GERAL FEDERAL/PGF, AUDITORIAS INTERNAS DO ÓRGÃO CENTRAL E CGU.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

4 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Composição da Força de Trabalho

Quadro 8 Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	90	90	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	90	90	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	87	87	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	8	8	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	99	99	-	-

Fonte: Siape

4.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho

Quadro 9 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	54	36
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	54	36
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	53	34
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	2
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	8
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	55	44

Fonte: Siape

4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 10 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	-	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	8	5	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	2
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	13	5	7

Fonte: Siape

Análise Crítica:

A Superintendência Estadual da Funasa em Goiás finalizou o exercício de 2016 com 99 servidores, sendo 87 ativos, 1 nomeado cargo em comissão, 8 contratados temporariamente e 3 de exercício descentralizado de carreira. Houve o retorno de 1 servidora de cessão ao SUS para a Sede da Funasa. Foram excluídos desse total os servidores cedidos a outros Órgãos (1) e os cedidos ao SUS/Lei nº 8.270/91 (59 servidores). Nesse exercício a redução na força de trabalho foi expressiva, 8 servidores aposentaram, 2 cargos em comissão foram extintos e em consequência as ocupantes foram exoneradas, 2 servidoras pediram remoção e 6 servidores foram cedidos ao SUS (Lei nº 8.270/91). É necessário esclarecer que os servidores cedidos ao SUS são ocupantes de cargo cuja atribuição pode ser exercida na área de combate e controle de endemias, portanto não poderíamos indeferir a cessão.

A força de trabalho sofreu uma redução considerável haja vista que tínhamos uma força de trabalho em 31/12/2015 composta de 114 servidores. É muito preocupante a previsão de aposentadorias, considerando que quase a metade dos servidores da força de trabalho possui o abono de permanência, e a necessidade do concurso público se faz urgente para a reposição do quadro de pessoal. O gráfico demonstra que o quantitativo de servidores tem se reduzido bastante e nos preocupa a execução de nossas atividades frente à redução de pessoal, pois de acordo com a direção central do Órgão não foi autorizada a realização de concurso público.

É preocupante para a Suest-GO a previsão de aposentadorias, considerando que 36 servidores possuem o abono de permanência, o que representa 41,37% do total de 87 servidores ativos. Houve uma redução da quantidade de servidores com abono no exercício passado em função de aposentadorias de servidores que possuíam o referido abono. Até o final do exercício de 2017, dos 87 servidores ativos que compõem a força de trabalho, 46 poderão se aposentar (52,87%). Para

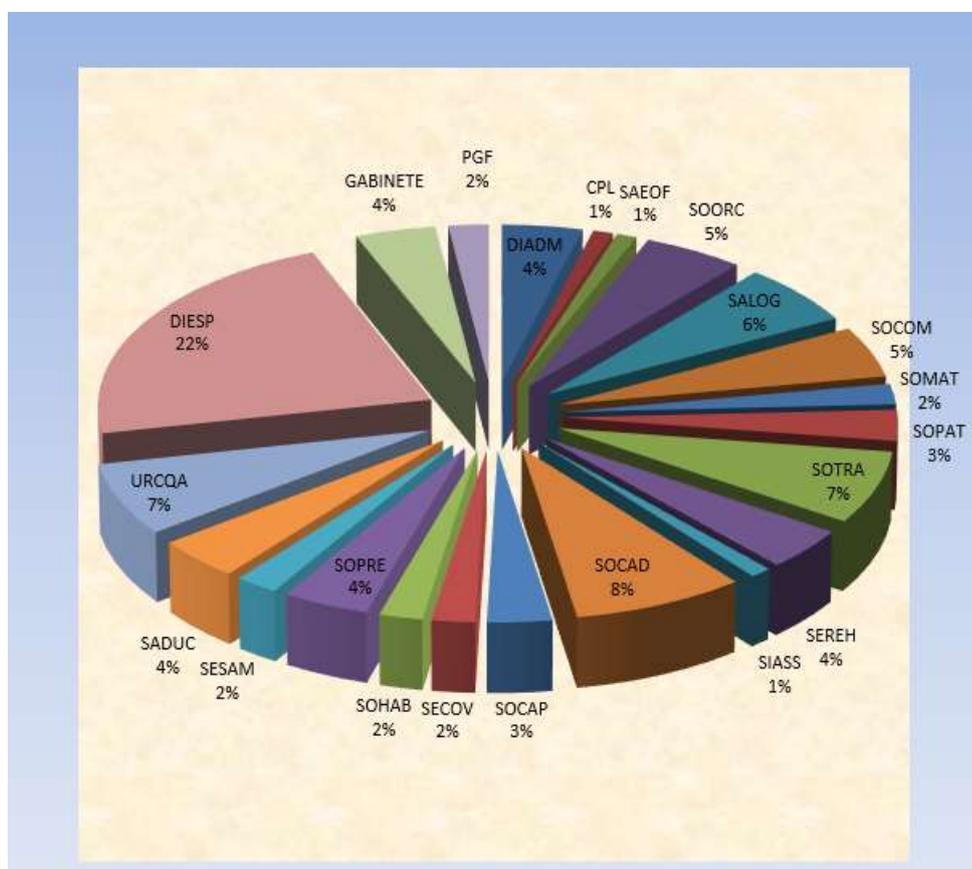
2018 esse número alcançará 53 servidores (60,91%). A necessidade do concurso público se faz urgente para a reposição do quadro de pessoal.

Os afastamentos para tratamento da própria saúde do servidor ou para acompanhamento de pessoa da família doente em 31/12/2016 não afetaram a execução das atividades nos setores envolvidos. Não houve registro de acidente de trabalho no período.

O orçamento programado para capacitação de servidores da Superintendência foi de R\$ 91.000,00. Afirma-se assim que a execução do Plano Anual de Capacitação – PAC foi satisfatória. Foram capacitados 85 servidores do total de 90 servidores atingindo 94,44%.

A avaliação da administração de recursos humanos da Superintendência Estadual da Funasa em Goiás no exercício em referência é positiva, mesmo em meio à limitação de recursos financeiros e humanos, mas é urgente a necessidade de reposição do quadro de pessoal mediante concurso público.

Gráfico n° 6 Distribuição da Força de Trabalho



Fonte: Sereh/Socad

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro 11 Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	5.431.708,95	314.303,98	5.463.711,63	212.027,00	611.719,20	1.915.324,58	0,00	38.144,20	27.772,02	14.014.711,56
	2015	5.699.600,76	14.491,09	6.444.434,51	407.172,06	837.489,16	2.356.381,27	0,00	5.381,91	52.330,20	15.817.280,96
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	9.012,54	0,00	0,00	295,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.308,08
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	127.655,25	0,00	9.025,21	3.008,40	10.824,72	0,00	0,00	0,00	0,00	150.513,58
	2015	129.390,60	0,00	10.782,56	2.851,56	9.452,04	0,00	0,00	0,00	0,00	152.476,75
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	2.050.977,24	0,00	2.393.854,59	157.487,97	394.397,27	436.829,00	0,00	41.834,99	24.558,18	5.499.939,24
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	177.569,28	0,00	63.350,00	24.899,94	43.917,63	0,00	0,00	0,00	0,00	309.736,85
	2015	786.142,42	0,00	65.165,81	24.176,61	50.045,59	0,00	0,00	0,00	0,00	925.530,43

Fonte: Siape

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Funasa surgiu da união da Sucam - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e Fsesp - Fundação Serviços de Saúde Pública conforme o Decreto nº 100 de 16/04/1991. Trouxe consigo cargos da área de combate e controle de endemias, de atenção à saúde básica e de saneamento. Foi responsável pela saúde indígena no período de 1999 a 2010. Passou por várias transformações, consequentemente por várias missões e não teve Plano de Cargos e Salários que fortalecessem a estrutura do Órgão possibilitando também a reposição do seu quadro mediante concurso público. Somente vem sendo realizados Processos Seletivos para contratação de pessoal na área fim. O futuro é preocupante pois a maioria dos servidores se não completou, está próxima de completar os requisitos da aposentadoria.

A força de trabalho sofreu uma redução considerável haja vista que tínhamos no exercício de 2015 uma força de trabalho composta de 114 servidores e finalizamos o exercício de 2016 com 99 servidores. É muito preocupante a previsão de aposentadorias, considerando que quase a metade dos servidores da força de trabalho possui o abono de permanência, e a necessidade do concurso público se faz urgente para a reposição do quadro de pessoal. O gráfico demonstra que o quantitativo de servidores tem se reduzido bastante e nos preocupa a execução de nossas atividades frente à redução de pessoal pois de acordo com a direção central do Órgão não foi autorizada a realização de concurso público para reposição de pessoal. Soma-se a isso a suspensão dos concursos pelo Governo Federal diante da crise econômica no país.

Temos na Suest-GO 36 servidores que possuem o abono de permanência, o que representa no exercício de 2016, quase a metade do total de servidores ativos. Para o exercício de 2017, dos 87 servidores ativos que compõem a força de trabalho, 46 poderão se aposentar. Para 2018 esse número se elevará a 53 servidores. A necessidade do concurso público se faz urgente para a reposição do quadro de pessoal.

A Funasa tem ao longo do tempo impedido a vazão de servidores para outras unidades das esferas estadual e municipal por meio de Portarias. A Portaria nº 243 de setembro de 2015, do Ministério da Saúde, restringiu a cessão de servidores àqueles ocupantes de cargos da área de saúde e aos cargos em extinção ou extintos.

Os afastamentos para tratamento da própria saúde do servidor ou para acompanhamento de pessoa da família em 31/12/2016 não afetaram a execução das atividades nos setores envolvidos. Não houve registro de acidente de trabalho no período.

Os mecanismos para controle de acumulação são determinados pelo Ministério do Planejamento e adotados por esta Unidade, quais sejam a declaração anual por parte dos servidores, aposentados e pensionistas se acumulam cargos em quaisquer das esferas, bem como se recebem renda extra Siape, além de trilhas de auditoria do Tribunal de Contas da União.

A avaliação da administração de recursos humanos da Superintendência Estadual da Funasa em Goiás no exercício em referência é positiva, mesmo em meio à limitação de recursos financeiros e humanos, mas é urgente a necessidade de reposição do quadro de pessoal mediante concurso público.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 12 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual em Goiás						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviços de Copeiragem e Carregador	A Nacional Serviços Gerais Ltda 01.383.054/0001-46	02/01/2012	01/01/2017	Médio Completo	Encerrado
2015	Vigilância Armada	Terra Vigilância 01.863.518/0001-11	17/06/2015	16/06/2017	Médio Completo	Ativo
2013	Serviços de Recepcionista	Máxima Empreendimentos e Serviços Ltda 16.962.460/0001-30	06/12/2013	15/02/2016	Médio Completo	Encerrado
2014	Vigilância Armada	Prudência Vigilância e Segurança Ltda 37.014.776/0001-70	11/08/2014	01/10/2016	Médio Completo	Encerrado
2016	Serviço de Recepcionista	SVS serviços especializados Ltda-EPP 03.169.846/0001-48	01/09/2016	31/08/2017	Médio Completo	Ativo
2016	Vigilância Armada	Ultraseg vigilância patrimonial Ltda-ME, 09.151.154/0001-59	30/09/2016	29/09/2017	Médio Completo	Ativo

Fonte: Salog/Siasg

Quadro nº 13 Valores Bolsa de Estágio

DESPESAS COM CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES					Despesa no exercício (em R\$)
NÍVEL ESCOLARIDADE	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1 - Nível Superior	R\$ 17.967,93	R\$ 20.781,90	R\$ 18.559,28	R\$ 1.474,28	R\$ 58.783,39
1.1 Área Fim	R\$ 8.517,93	11.736,00	10.234,61	927,82	R\$ 31.416,36
1.2 Área Meio	R\$ 9.450,00	9045,90	8324,67	546,46	R\$ 27.367,03
2 - Nível Médio	R\$ 4.488,38	5.741,77	6.563,33	109,30	R\$ 16.902,78
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	R\$ 4.488,38	5.741,77	6.563,33	109,30	R\$ 16.902,78
TOTAL (1 + 2)	R\$ 22.456,31	R\$ 26.523,67	R\$ 25.122,61	R\$ 1.583,58	R\$ 75.686,17

Quadro 14 **Quantitativo
de
Estagiários**

QUANTITATIVO DE ESTÁGIÁRIOS				
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
1 - Nível Superior	11	14	6	5
1.1 Área Fim	6	6	5	4
1.2 Área Meio	5	8		
2 - Nível Médio	4	6	5	2
2.1 Área Fim	-	-	-	-
2.2 Área Meio	4	6	5	2
TOTAL (1 + 2)	15	20	11	7

Fonte: Socap

Análise Crítica

A Funasa Presidência orientou as Suest para os procedimentos dos contratos de estagiários, emanado pelo Ministério de Planejamento, conforme a Orientação Normativa n.º 2 de 24 de junho de 2016, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional.

No ano de 2016, houve uma interrupção no contrato de estagiários da Funasa Suest-GO, tendo em vista que o contratado INQC, deixou de cumprir algumas cláusulas do Contrato. Após três meses sem contratação de estagiários e concluída toda a instrução do processo licitatório feito pela Suest-GO, foi feita contratação do novo agente de integração (CIEE).

4.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

4.1.6 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas

1. A moderna gestão busca ferramentas que aperfeiçoem a prestação de serviços das Organizações. Nesse sentido, uma boa opção é implantar métrica dos resultados, obtida a partir de indicadores que apontam para a possibilidade de três objetivos: conhecimento detalhado da situação atual da Instituição; apoio para definição de novas metas para o futuro; análise de resultados comparativos dos resultados obtidos com a projeção de metas.

2. Tais indicadores de Gestão de Pessoas não respondem à razão de determinado resultado ou sobre como reverter situações e gerar aproximação em relação à meta. Mas fornece um estudo criterioso e detalhado para que se possa elaborar um planejamento e atuar contra os entraves ao crescimento da Organização e das equipes.

3. Com esse entendimento, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, em 2013, construiu 10 indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas, dos quais seis foram priorizados para acompanhamento durante o exercício de 2014 apenas pela Presidência da Funasa.

4. Quando da aplicação na Presidência da Funasa em 2015, foi necessária a reelaboração dos indicadores de *turnover*, de reposição da força de trabalho, de adoecimento, de desenvolvimento e de retreinamento. Além disso, constatou-se a inutilidade dos indicadores de tempo de resposta e de ações judiciais, motivo por que foram descartados.

5. De igual forma, para o exercício de 2016 foi reelaborado o indicador de desenvolvimento de competências gerenciais, considerando o equívoco na utilização do total estimado de gestores da Instituição na base de cálculo para quantificar subtotais por Unidade Pagadora, assim como o de absenteísmo.

6. O indicador de retreinamento oferece grande dificuldade no levantamento das informações necessárias ao seu cálculo, apesar disso é necessária a sua aplicação para os próximos exercícios, vez que necessita de sistema informatizado próprio.

8. Entendeu-se sem propósito a aplicação pelas Unidades Descentralizadas do total dos indicadores, considerando que a Presidência dispõe de informações sistêmicas para aplicação centralizada, especificamente para os indicadores de *turnover*, reposição da força de trabalho, desenvolvimento e retreinamento.

9. Com vistas à uniformização de procedimentos, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas emitiu orientação a fim de que sejam **aplicados no âmbito da Superintendência Estadual, os indicadores de absenteísmo, de adoecimento, desenvolvimento de competências gerenciais e de estágio.**

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

Mede o índice de ausências ao trabalho por faltas justificada ou injustificada, afastamento e/ou licenças legais, que diminuem o total de horas de trabalho.

Objetivo: identificar os problemas que causam faltas constantes dos servidores da Funasa e rever a atuação das chefias e respectivas equipes, para assim manter o índice de absenteísmo abaixo de 0,50% e maximizar resultados institucionais e individuais pela assiduidade e pontualidade, além do adequado controle da frequência e dos eventuais descontos na remuneração por faltas justificadas e não compensadas e daqueles que não compensaram atraso e saídas antecipadas.

Meta: Manter abaixo de 0,50% o índice de absenteísmo na Funasa.

Periodicidade: Mensal

Esclarecimentos e Fórmula:

A fórmula do índice de absenteísmo adotada na Funasa foi elaborada a partir do número de dias não trabalhados no exercício pelo número de servidores versus dias úteis no mesmo exercício. O índice foi aplicado para fins de acompanhamento da evolução dos números dos exercícios de 2015, nos seguintes termos:

QNT = Quantidade de dias não trabalhados = (faltas não justificadas + licenças¹ + afastamentos + atrasos e saídas antecipadas não compensadas)

QS = Quantidade de Servidores

DU = Dias Úteis

Exercício de 2015

$$\frac{(\text{QNT})}{\text{QS} \times \text{DU}} \times 100 = \frac{3539}{114 \times 250} \times 100 = 12,41\%$$

Exercício de 2016

$$\frac{(\text{QNT})}{\text{QS} \times \text{DU}} \times 100 = \frac{10}{87 \times 255} \times 100 = 0,04\%$$

Dados utilizados:

No exercício de 2015 foram utilizadas, indevidamente, as ocorrências de licenças para tratamento da própria saúde para o cálculo do índice de absenteísmo. Além disso, foram contados os dias de ponto facultativo como de feriado e a toda força de trabalho em vez de somente os servidores efetivos.

Quando da aplicação do índice no exercício de 2015, pela Presidência, esta verificou a necessidade de modificar o parâmetro de dias não trabalhados, a fim de utilizar apenas as ocorrências de afastamentos por faltas injustificadas.

Também não foram somados ao número de dias não trabalhados os afastamentos legais de que tratam os artigos 97 e 102 da Lei nº 8.112/90.

Não se utilizou a fórmula clássica para calcular o índice de absenteísmo haja vista a possibilidade de que trata o art. 44 da Lei nº 8.112/90, pelo qual o servidor que se atrasar ou sair antecipadamente ou tiver falta justificada poderá, a critério da chefia, compensá-las até o final do mês subsequente à ocorrência, e, acaso não o faça terá o desconto proporcional na remuneração. Portanto, foram contados somente o total de dias resultante do somatório de faltas não justificadas, mais os atrasos e saídas antecipadas não compensados (descontos efetuados nas folhas de pagamento dos servidores).

Apesar disso, há horas perdidas em prejuízo da Administração quando se trata de falta injustificada e a justificada não compensada.

¹ Todas as licenças legais.

No Relatório de Gestão do exercício de 2015 a Coordenação-Geral de Recursos Humanos não considerou que as faltas, as licenças e os outros afastamentos legais, ainda que temporários e de curtos períodos de duração, impactassem a força de trabalho da Funasa, tal entendimento foi repensado neste exercício.

O acompanhamento deste indicador, em razão das informações a serem obtidas do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência e do SIAPECAD, deve ser feito pelas Unidades de Administração de Pessoas mensalmente, para fins de tomada de decisão e para compor as informações do Relatório de Gestão dos exercícios encerrados.

ÍNDICE DE ADOECIMENTO

Indicador que demonstra o índice de ausências ao trabalho por motivo de licença para tratamento da própria saúde.

Objetivo: identificar o quantitativo de afastamentos e os tipos de causas de adoecimento de maior incidência dos servidores do Quadro de Pessoal.

A importância dos dados poderá nortear a adoção de medidas preventivas de doenças ocupacionais.

Meta: Reduzir para menos que 10% o índice de adoecimento na Funasa.

Periodicidade: Anual.

Esclarecimentos – causas e consequências do adoecimento

A Coordenação-Geral de Recursos reformulou este indicador, visto que a construção anterior apresentava muita similaridade com o de absenteísmo. Como o que se deseja é identificar o perfil de adoecimento dos servidores, cujos afastamentos impactam a força de trabalho, mostrou-se adequada a reelaboração do indicador.

A base de dados utilizada pela Funasa foi a do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e a do SIAPESAÚDE, levando em conta o número de afastamentos para tratar **da própria saúde**, ainda que **um mesmo servidor apresente mais de um afastamento no período de um ano (janeiro a dezembro)**.

Não foram considerados os números de dias de afastamentos, e sim quantitativos de atestados apresentados, independentemente do tipo de homologação (perícia ou administrativa). Foram computados os números de homologação de afastamento para tratamento da própria saúde por homologação pericial (589); os números de homologações administrativas para tratamento da própria saúde (370); totalizando 959 afastamentos para tratamento da própria saúde, tudo referente ao exercício de 2015.

A grande dificuldade para encontrar informações adequadas à apuração reside no fato de o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS não identificar a quantidade de afastamentos por servidor. Assim, um mesmo servidor pode afastar-se mais de uma vez e, como tal, de serem computadas novas ausências no decorrer do exercício.

Para a delimitação do público alvo foram considerados os servidores da Funasa de Goiás incluindo os cedidos ao SUS, visto que permanecem com lotação no Setor de Administração de Pessoal.

Sugere-se, portanto, que os servidores cedidos ao SUS sejam computados para a apuração deste indicador, enquanto esse contingente pertencer ao Quadro de Pessoal da Funasa.

Outra possível dificuldade será a de identificar o tipo de doença mais recorrente, uma vez que o SIAPESAÚDE fragmenta sobremaneira as informações por classificação do CID. Por isso, os afastamentos foram separados em treze grupos para apontar as três maiores ocorrências no exercício de 2015. Para o exercício de 2016 pode ser mantido, ampliado ou reduzido esse grupo de ocorrências no âmbito da UPC.

Nº	PRINCIPAIS CAUSAS DE AFASTAMENTO (DOENÇAS)
1	SINTOMAS IDIOPÁTICOS (dores, febre, vômito, prurido, mal estar, alergias)
2	EXAMES CLÍNICOS E LABORATORIAIS
3	GENITURINÁRIO (URINÁRIO, GENITAL)
4	DENGUE (dengue clássico)
5	DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO
6	RESPIRATÓRIO
7	CIRCULATÓRIO (coração, varizes, problemas vasculares, aneurisma, hipertensão)
8	ODONTOLOGIA
9	OFTALMOLOGIA
10	OSTEOMUSCULAR
11	VIROSES (Gerais)
12	TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS
13	ORTÓPÉDICOS
14	SISTEMA NERVOSO
15	ENDÓCRINAS
16	GRAVIDEZ, PARTO E PUERPERAL
17	NEOPLASIAS
18	DISPLASIAS

Foram elaboradas duas fórmulas para identificar o percentual de servidores que se afastam para tratamento da saúde, conforme dados do SIAPESAÚDE de janeiro a dezembro de cada exercício:

Exercício de 2016

Fórmula 1: média de afastamentos para tratar a própria saúde

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratar da pr\u00f3pria sa\u00fade}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores ativos Suest/GO}} = \frac{167}{146} = 1,14 \text{ afastamentos por servidor em 12 meses}$$

F\u00f3rmula 2: \u00edndice de adoecimento dos servidores em um ano

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidor ativo Suest/GO} \times \text{N}^\circ \text{ de afastamento por servidor em 12 meses}}{100} = \frac{146 \times 1,14}{100} = 1,66 \%$$

Logo, o \u00edndice de adoecimento dos servidores da Superintend\u00eancia Estadual da Funasa em Goi\u00e1s no exerc\u00edcio de 2016 foi de 1,66%.

A maior incid\u00eancia de causas de afastamento para tratamento da pr\u00f3pria sa\u00fade no exerc\u00edcio de 2016, na Suest/GO, foi por Sintomas Idiop\u00e1ticos (dores, febre, v\u00f4mito, prurido, mal-estar, alergias), alcan\u00e7ado pela f\u00f3rmula a seguir:

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamento por sintomas idiop\u00e1ticos}}{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratamento da pr\u00f3pria sa\u00fade}} \times 100\% = \frac{15}{167} \times 100\% = 8,98\%$$

A segunda maior incid\u00eancia foi para realiza\u00e7\u00e3o de exames cl\u00ednicos e laboratoriais:

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamento por exames cl\u00ednicos e laboratoriais}}{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratamento da pr\u00f3pria sa\u00fade}} \times 100\% = \frac{12}{167} \times 100\% = 7,18\%$$

A terceira maior incid\u00eancia foi por doen\u00e7as geniturin\u00e1rias (Urin\u00e1rias, Genital):

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de afastamento por doen\u00e7as geniturin\u00e1rias}}{\text{N}^\circ \text{ de afastamentos para tratamento da pr\u00f3pria sa\u00fade}} \times 100\% = \frac{10}{167} \times 100\% = 5,98\%$$

Uma vez identificado o perfil de adoecimento do Quadro de Pessoal, poder-se-\u00e1 correlacionar esses \u00edndices \u00e0s atividades laborais. A partir de ent\u00e3o, pretende-se adotar medidas corretivas que minimizem ou eliminem as ocorr\u00eancias.

O acompanhamento deste indicador, em raz\u00e3o das informa\u00e7\u00f5es a serem obtidas do Subsistema Integrado de Aten\u00e7\u00e3o \u00e0 Sa\u00fade do Servidor – SIASS e a do SIAPESAÚDE deve ser feito pelas Unidades de Gest\u00e3o de Pessoas nas Superintend\u00eancias Estaduais, entre janeiro e dezembro de cada exerc\u00edcio.

\u00cdNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPET\u00caNCIAS GERENCIAIS

Mede o \u00edndice de desenvolvimento gerencial na Institui\u00e7\u00e3o.

Objetivo: promover o aprimoramento da qualificação gerencial para o exercício de atividades de direção e assessoramento, por unidade pagadora.

Meta: aumentar para 95% o índice de desenvolvimento gerencial, no exercício.

Periodicidade: Anual.

Esclarecimentos e Fórmula:

NGC = Número de Gestores Capacitados

NEGUP = Número estimado de Gestores da Unidade Pagadora

Exercício de 2015

$$\frac{\text{Número de Gestores capacitados}}{\text{Número estimado de Gestores a serem capacitados}} \times 100 = \frac{13 \times 100}{21} = 61,90\%$$

Exercício de 2016

$$\frac{\text{NGC}}{\text{NEGUP}} \times 100 = \frac{15}{17} \times 100 = 88,23\%$$

O número estimado de Gestores a serem capacitados é obtido a partir do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de chefias (Superintendente, Chefe de Divisão, Serviço, Seção e Setor), por Unidade Pagadora – UPAG.

Assim, considerando a participação de 15 (quinze) gestores em ações de capacitação gerencial, no exercício de 2016, na Superintendência da Funasa em Goiás, 88,23% do total foi capacitado.

ÍNDICE DE ESTÁGIO:

Mede o índice de preenchimento das vagas de estágio.

Objetivo: identificar a efetividade do Programa de Estágio da Funasa, tendo em vista seu valor educativo e a preparação do educando para o trabalho produtivo.

Meta: atender 100% da demanda das Unidades.

Periodicidade: Anual.

Esclarecimentos e Fórmula:

NE = Número de estagiários

NV = Número de vagas

Exercício de 2015

$$\frac{\text{Número de estagiários}}{\text{Número de vagas}} \times 100 = \frac{21 \times 100}{24} = 87,5\%$$

Exercício de 2016

$$\frac{NE}{NV} \times 100 = \frac{20 \times 100}{24} = 83,33\%$$

A meta não pode ser atingida devido ao reduzido valor da bolsa de estágio, causando desinteresse por parte dos candidatos, além das dificuldades operacionais relacionadas à contratação do agente de integração no exercício de referência.

A partir das informações produzidas pretende-se atuar de modo a otimizar as ações do programa de estágio.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
 - Instrução normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);
 - Instrução normativa nº 183, de 08 de setembro de 1986 (destinada a proporcionar os órgãos integrantes do sistema de serviços gerais - sig orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais)
 - Decreto n.º 6.403/2008 (dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal, direta, autárquica e fundacional).
 - Estas normas poderão ser encontradas no site <http://www.planejamento.gov.br>.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

- 1 - A utilização da frota de veículos é imprescindível para atender às demandas das atividades da Suest - GO, pelos motivos abaixo:
- Deslocamentos dos técnicos para acompanhamento da execução das obras, e fiscalização de convênios, em todos os municípios com até 50 mil habitantes;
 - Tramitação de documentos entre a Funasa e demais Órgãos, os quais exigem a entrega imediata ao destinatário;
 - Deslocamentos entre todos os órgãos governamentais e a Presidência da FUNASA.

- 2 - A movimentação de veículos na Suest (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.), é monitorada com o auxílio do sistema de gerenciamento de controle de frotas - SICOTWEB.

2.1- A Suest utiliza ainda, o sistema de abastecimento por cartão com chip, em que a liberação de combustível, está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista, através do contrato nº 110/2012, firmando com a empresa Ticket Serviços Ltda, sob a gestão da Presidência da FUNASA, abrangendo todas as Superintendências.

- 3- Destaca-se que a importância e o impacto da frota de veículos sobre a Unidade Jurisdicionada estão diretamente relacionados ao desenvolvimento das ações planejadas pelas áreas fins, tendo em vista que o forte das ações referem-se a acompanhamento de convênios, em suas diversas fases, junto aos municípios Goianos com até 50000 (cinquenta mil) habitantes, que distam desta Capital entre 30 a 650 km, sendo que o meio de transporte mais viável é o veículo, que trafega em vias pavimentadas e em vias rurais sem pavimentação.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Tabela nº 4 FUNASA –SUEST-GO – Veículos em Uso na Sede

Qde.	Grupo	Utilização		Características	Usuário
01	V- veículos de serviços especiais	Na realização de serviços de saúde pública, segurança etc		Veículos básicos ou com especificações próprias	serviços de desempenho de saúde pública
12	IV – veículos de serviços comuns	Transporte de pessoal a serviço	Transporte de Pessoal	Veículo básico – automóvel....etc	Servidor em serviço externo
06	IV veículos de serviços comuns	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga pesada	Veículos básicos – caminhão, caminhão -guincho, etc.	Servidor ou transporte de carga em serviço
Total: 19					

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Grupo	Media anual km rodado
IV – Veículos de serviços comuns – transporte de pessoal	9.885,31 km
IV – Veículos de serviços comuns – transporte carga pesada	784,25 km
V – Veículo de serviços Especiais (UMCQA)	1.175 km

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Grupo	Idade média
IV – Veículos de serviços comuns – transporte de pessoal	05 a 09 anos
IV – Veículos de serviços comuns – transporte carga pesada	19 a 22 anos
V – Veículo de serviços Especiais (UMCQA)	13 anos

OBS: Além destes veículos, existem no pátio desta Suest, 24 (vinte e quatro) veículos, classificados como antieconômico ou inservível, disponíveis para alienação, todos são classificados no Grupo IV – Veículos de Serviços Comuns.

f) Despesas associadas à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

- Aquisição de peças para a frota: R\$ 40.517,93;
- Serviços com mão de obra aplicado com a frota: R\$ 15.837,50;
- Seguro Obrigatório e Taxa de licenciamento no valor de R\$ 12.436,00;
- Com relação ao valor gasto com combustível, esta Suest não está responsável com o gasto, tendo em vista que a Presidência da FUNASA fez contrato geral, para atender todas as Superintendências, sendo firmado o Contrato 110/2012, com a Empresa Ticket Car.
- Quanto aos custos associados ao pessoal responsável pela administração da frota, no caso, servidores, não se faz esse acompanhamento.
- O custo unitário de manutenção da frota, por veículo, obtido em média geral, gira em torno de R\$ 4.335,03, valor este compatível com a idade da frota e o fato de que os deslocamentos são em sua grande maioria feitos em zona rural por estradas não pavimentadas.

g) Plano de substituição da frota;

A Presidência da FUNASA centraliza a aquisição de veículos, e atendendo as orientações da Instrução Normativa n.º 03/2006, o PAAV – Plano Anual de Aquisição de Veículos é feito

anualmente, enviado a Presidência, para subsidiar novas aquisições, todavia a última aquisição foi em 2011.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- Até o exercício de 2016 não foi feita locação considerando que a frota vem atendendo satisfatoriamente a demanda da Suest, no entanto, a frota já está envelhecida, sendo que mais de 50% (cinquenta por cento) dos veículos tem mais de 5 (cinco) anos de uso, rodando também em vias não pavimentadas, o que gera desgastes e contribui para diminuir a vida útil dos mesmos;
- As aquisições de veículos são feitas a nível Central, e a última ocorreu há mais de cinco anos, atualmente, faz-se necessário que a frota seja recomposta, através de novas aquisições e/ou locação de veículos, em quantitativo necessário para realizar a troca dos veículos com mais de cinco anos.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Para assegurar a vida útil dos veículos da frota, conta-se com o contrato de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, sendo que na execução do contrato, a fiscalização age diretamente junto ao contratado, visando resguardar serviços e peças de qualidade.

Para gerir a frota de veículos, contamos com o sistema do SICOTWEB – Sistema de Informação para Controle de Veículos no qual estão cadastrados toda a frota, e é lançado diariamente todas as movimentações sofridas pelo veículo, incluindo abastecimentos, manutenções, troca de peças, óleos, pneus, etc.

Para o registro diário dos deslocamentos é utilizado o BDT – Boletim Diário de Tráfego, que contém todos os dados do deslocamento, incluindo assinatura do usuário, este documento serve de parâmetro para alimentar o SICOTWEB, no quesito movimento diário.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Nesta Superintendência, a política de desfazimento de veículos, busca atender na íntegra os normativos que regem o tema, em especial o Decreto 99.658/90, Instrução Normativa 03/2008 – SLTI/MPOG e a Lei 8.666/93 e alterações.

No exercício de 2016, não houve desfazimento de bens móveis, em nenhuma de suas formas, até mesmo pelo advento do período eleitoral, todavia, em 2017 a divulgação dos bens disponíveis para alienação será feita através de Edital, no qual conterà as regras e parâmetros que os interessados em receber os bens, terão que atender. No quesito de comprovação de carência dos Municípios é observado o menor índice de IDHM.

A frota total atual soma 43 veículos, no entanto, pelo tempo de uso dos mesmos 24 deles não tem mais condições de tráfego econômico, por esta razão os mesmos estão disponíveis para alienação, nos termos de Decreto 99.658/90, seja por leilão ou doação.

Quanto ao custo para a manutenção desta ação, o mesmo não é contabilizado, no entanto, para os processos de doação, o custo é apenas o de divulgação do Termo de Doação no Diário Oficial da União. Para realizar processo de alienação, o custo é maior, pois a divulgação do edital deve ocorrer no mínimo três vezes, em jornal de grande circulação e também no Diário Oficial, as duas publicações tem custos elevados.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

Esta Superintendência possui 19 (dezenove) imóveis, todos são localizados nos municípios do interior do Estado.

Os imóveis são todos cadastrados e registrados com o RIP- Registro Imobiliário Patrimonial, do SPIUNET- Sistema de Controle de Bens Imóveis no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, diretamente subordinado as Superintendências do Patrimônio da União, e por normas os órgãos públicos federais, fundacionais, devem cadastrar seus imóveis nesse sistema.

Os imóveis não são utilizados pela Suest-GO em suas atividades finalísticas, em decorrência, os mesmos estão cedidos em cessão de uso aos Municípios e a Secretaria de Estado da Saúde, para uso em ações descentralizadas.

4.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União

Quadro 15 – Distribuição Geográfica dos imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	GOIÁS	19	19
	Caldas Novas	01	01
	Campos Belos	01	01
	Catalão	01	01
	Ceres	02	02
	Formosa	01	01
	Jataí	01	01
	Jussara	01	01
	Mara Rosa	01	01
	Matrinchã	02	02
	Morrinhos	02	02
	Minaçu	02	02
	Porangatu	01	01
	Sanclerlândia	01	01
	São João da Paraúna	01	01
	Vicentinópolis	01	01
Subtotal Brasil		19	19
EXTERIOR	Não se aplica a esta UJ	-0	0

Subtotal Exterior	0-	0
Total (Brasil + Exterior)	19	19

Fonte: Spiunet

4.2.3.3 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 16 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
01	9289.00004.500-8	5	4	0,01	23.06.2001	38.205,31		
02	9298.00002.500-8	5	3	0,01	12.11.2001	214.1286,11		
03	9301.00013.500-0	5	3	0,01	09.11.2001	123..497,85		
04	9307.00077.500-8	5	3	0,01	23.08.2000	230.718,28		
05	9307.00078.500.3	5	4	0,01	07.06.2001	125.997,95		
06	9361.00041.500-6	5	4	2.400,00	12.11.2001	68.432,93		
07	9433.00029.500-1	5	3	0,01	12.11.2001	125.156,85		
08	9439.00005.500-0	5	3	0,01	02.10.2003	0,01		
09	9451.00002.500-2	14	7	0,01	09.11.2001	1296,64		
10	9473.00021.500-7	5	3	3.000,00	13.11.2001	50.157,55		
11	9473.00026.500-4	5	3	5.000,00	27.11.2002	264.527,04		
12	9555.00010.500-5	5	3	0,01	09.11.2001	83.737,28		
13	9575.00002.500-6	5	3	0,01	09.11.2001	67.605,32		
14	9647.00001-500-1	5	4	6.662,04	11.11.2002	6.662,04		
15	9647.00003.500-2	5	4	6.837,18	11.11.2002	6.838,18		
16	9657.00002.500-4	5	3	5.000,00	07.12.2001	180.355,78		
17	9747.00002.500-3	5	3	900,00	09.11.2001	235.140,43		
18	9927.00003.500-7	5	3	2.000,00	05.12.2002	221.657,62		

19	9927.00007-500-9	5	3	3.000,00	05.12.2002	97.020,00		
20	9373.00320.500-6	5	3	2.610.684,41	13.09.2016	4.597.480,77		126.081,71
Total								126.081,71
Fonte: SPIUNET E DIADM								

Análise Crítica:

a) O imóvel identificado com o RIP 9373.00403.500-7, refere-se a Sede da SUEST/GO, do qual esta Fundação detém termo de cessão de uso gratuita de parte do imóvel, sendo o valor informado correspondente a fração ideal utilizada por esta SUEST, constante do RIP Utilização n.º 9373.00403.500-7

b) As informações referentes ao valor histórico foram extraídas das escrituras, e as avaliações ocorridas em 2015/2016, foram feitas pela empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LITDA, nos termos do Contrato Administrativo 09/2016. Firmado entre a Empresa e a Presidência da FUNASA. Não houve atualização de valor de um imóvel identificado com o RIP. 9747.00002.500-3, tendo em vista que a Empresa não apresentou o relatório dentro do exercício objeto da prestação de contas.

c) Dos 19 (dezenove) imóveis existe apenas um imóvel identificado com o RIP 9451.00002.500-2, que não se encontrada cedido em termo de cessão de uso, devido sua localização e estado de conservação não ser adequada para uso, esta situação já foi submetida à Presidência da FUNDAÇÃO, solicitando orientação quanto à destinação do referido imóvel. Os demais estão cedidos à Secretaria de Estado da Saúde em um total de 08 (oito) Imóveis e 10 (dez) imóveis às respectivas Prefeituras dos municípios onde os mesmos estão localizados.

d) Não constam gastos com manutenção dos imóveis tendo em vista, que a obrigação de fazer a manutenção e conservação cabe ao cessionário, conforme os termos assinados. Apenas no imóvel sede desta Fundação, é feito gasto com manutenção predial, conforme contrato existente firmado pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, sendo que o valor informado refere-se à fração ideal utilizada pela SUEST-GO, no período de doze meses.

e) Esta Superintendência possui apenas um contrato de locação de imóvel, o qual é utilizado como Garagem de Veículos e Arquivo de Documentos.

f) Não há na Unidade nenhum imóvel utilizado em sua missão, o que nos leva a sugerir que os mesmos possam ser objeto de autorização para leilão, situação esta já de conhecimento da Presidência do órgão.

4.2.3.4 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

A Fundação Nacional de Saúde não possui sistema próprio para controle e acompanhamento dos Imóveis de sua propriedade, em decorrência é utilizado apenas o SPIUNET, Sistema do Patrimônio Imobiliário da União, e esta Superintendência mantém cadastrados no sistema todos os seus imóveis.

A qualidade das informações do SPIUNET é altamente confiável, tendo em vista que o mesmo é um sistema que interage com o SIAFI, permitindo relatórios de níveis gerenciais suficientes para o acompanhamento dos imóveis em tempo real.

4.2.3.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Como todos os imóveis desta Superintendência estão localizados em cidades do interior do Estado de Goiás, como pode ser visualizado no quadro 15, os mesmos não são utilizados para as atividades da área finalística desta Fundação, desde a descentralização do controle de endemias, razão porque, os imóveis foram cedidos, através de termo de cessão de uso, de forma gratuita à SES – Goiás, e ou aos Municípios.

Assim, esta UPC não tem gastos com a manutenção dos imóveis.

4.2.3.6 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Tendo em vista que os imóveis são cedidos para uso específico, o único risco que deparamos é o de o Cessionário não utilizar o imóvel para a finalidade em que foi cedido. A forma de mitigar este risco seria a vistoria periódica por parte desta UPC em cada imóvel cedido, o que seria necessário maior número de servidores capacitados e acréscimo no orçamento de custeio.

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Nesta UPC existem dezoito imóveis cedidos a Entidades Públicas Estaduais e Municipais, quais sejam: 09 (nove), com a Secretaria de Estado de Saúde e 09 Imóveis cedidos aos Municípios, onde os mesmos se localizam. Um Imóvel que se encontra em estado de esbulho, portanto não foi cedido.

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Existe apenas um imóvel locado nesta UPC, para utilização como garagem de veículos e depósito do acervo documental de guarda permanente.

O gasto anual com esta ação é de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos Reais).

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre a Gestão de Tecnologia de Informação (TI), portanto, considerar neste item o termo:

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Em relação à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes às ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Além do site oficial, a Funasa possui como difusoras de notícias e informações da instituição, as mídias sociais alimentadas pela Coordenação de Comunicação Social, tais como: facebook, instagram, twitter e youtube.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - **www.funasa.gov.br**, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida não somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O decreto não é aplicável a esta instituição e a carta de serviços ao cidadão não será publicada.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A difusora mais eficiente para captar a satisfação do público é a mídia social, facebook que atualmente conta com 26 mil seguidores, com uma média de 61 novos a cada semana. A página da Funasa possui alcance orgânico semanal de 3.090 visualizações dos usuários na página.

A equipe de comunicação está elaborando outros mecanismos para medir a satisfação dos usuários em relação as ações das mídias sociais e site oficial, que também deverá passar por *reestruturação a fim de melhorar os padrões de acessibilidade digital preconizados pelo eGov e instituir a identidade padrão de Comunicação Digital, em conformidade com a Instrução Normativa Secom/PR 08/2014.*

5.4 Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>
<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>
<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>
<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>
www.facebook.com/funasa.official
twitter.com/funasa
<https://www.youtube.com/user/Funasaoficial>
https://www.instagram.com/funasa_oficial/

5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Funasa cumpre na sua integralidade as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 no que se refere ao ambiente de circulação nas Unidades descentralizadas e no seu entorno, especificamente na adequação de rampas de acesso, corrimão em rampas e escadas, vagas para idosos e portadores de necessidades especiais, placas indicadoras de dependências e serviços, além da aplicação da norma da ABNT na aquisição de bens.

No que corresponde a adequação de rampas de acesso, a instituição está envidando esforços em atender as normas relativas à acessibilidade, considerando a configuração do prédio ocupado, não é permitido acesso direto na saída dos elevadores aos respectivos andares.

Em relação aos meios eletrônicos de comunicação, atualmente o site da Funasa possui, no menu superior, links para acesso ao contraste e para aumentar e diminuir fontes, a fim de que os usuários o utilizem com maior praticidade e facilidade, e que esteja de acordo com sua necessidade.

Porém, com a reestruturação prevista para 2017, o site apresentará navegadores, tocadores de mídias e ferramentas que devem possuir meios de comunicação com tecnologias criadas especialmente para pessoas com deficiência, permitindo o acesso com eficiência e eficácia.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.1.1 Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

6.1.2 Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima

6.1.3 Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

6.1.4 Taxas utilizadas para o cálculo

6.1.5 Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do mobiliário, do intangível e do diferido

Depreciação de bens do Ativo Imobilizado

Todos os bens adquiridos, produzidos ou construídos a partir de janeiro de 2010 e registrados no Ativo Imobilizado da entidade estão sendo depreciados mensalmente pelo método das quotas constantes (Linear), previsto na alínea "a" do item n.º 14 da NBCT SP 16.9. Tais bens foram reconhecidos no ativo com base no custo total de aquisição, produção ou construção.

Os registros relativos ao consumo desses ativos são realizados em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (crédito), observando-se o princípio contábil da competência.

Os valores residuais e os períodos de vida útil dos ativos foram definidos com base em tabelas constantes da Macrofunção n.º 020330 do Manual SIAFI, dada a necessidade uniformização dos critérios de tratamento contábil dispensados aos Ativos em geral, facilitando a elaboração das notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Os cálculos da depreciação são realizados de forma automatizada mediante sistema de gestão patrimonial e no último dia de cada mês os valores pertinentes a cada conta do grupo Imobilizado são reconhecidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Os demais bens adquiridos ou produzidos em períodos anteriores a janeiro de 2010 estão em processo de mensuração do valor justo, bem como os bens que, mesmo adquiridos após essa data e depreciados mensalmente, sujeitam-se a variações constantes no seu valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação periódica.

Amortização do Ativo Intangível

Os ativos classificáveis como intangíveis estão em processo de análise para verificação dos seguintes fatores de reconhecimento:

1. atendimento à definição de ativo;
2. custo mensurável com segurança;
3. classificação da vida útil econômica (definida ou indefinida);
4. utilização isoladamente ou em conjunto com outro (s) ativos.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual. O reconhecimento se dará com base no valor de aquisição ou produção.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Avaliação e mensuração de Ativos e Passivos

Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações são mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de contabilidade, em especial os princípios da competência e da oportunidade.

Contudo, não foram realizadas avaliações subsequentes, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento dos créditos ativados.

Estoques

Os estoques são mensurados e apropriados com base no valor de aquisição, produção ou construção e seu consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido, para os ativos que ocasionalmente sofreram deterioração parcial ou obsolescência.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos posteriores para colocá-los em condição de uso.

As avaliações posteriores são realizadas segundo o método de reavaliação, que consiste nos valores justos deduzidos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por imparidade (valor recuperável).

A mensuração a valor justo dos ativos, pela adoção inicial das novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NCASP), está em processo de execução. O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, onde se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, baseado na lei da oferta e da procura.

Por valor de mercado entende-se o valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semiativo.

Nesse contexto, os bens são valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após a devida inspeção das condições físicas dos bens a serem avaliados.

O processo de aferição do valor de mercado é realizado por meio de projeção através de análise geral e conclusiva das informações obtidas, após tabulação dos dados e cálculo sistêmico dos valores.

Com base em cotações, catálogos e/ou lista de preços, levantados junto a fornecedores, é estabelecido o valor de um bem novo, para efeito de custo de reposição do ativo.

A partir disso, é calculado o valor de reposição do ativo avaliado, como sendo o custo atual, considerando suas características técnicas e operacionais, além dos custos diretos e indiretos necessários à instalação.

De posse do valor justo levantado, baixa-se a depreciação contra a conta do ativo que registra o bem, de modo a reduzi-lo ao valor líquido contábil e se procede o ajuste a valor justo (reavaliação) ou a redução a valor recuperável do ativo.

Justificativa pela não aplicação de todos os procedimentos

Os dispositivos previstos nas NBC T 16.9 e 16.10 estão sendo aplicados parcialmente, alguns com atraso, como caso da mensuração dos ativos. Isso se justifica pelo fato da Setorial de Contabilidade da Fundação Nacional de Saúde passar por problemas de ordem técnica e operacional devido à falta de pessoal qualificado em quantitativo suficiente para atender às demandas da Contabilidade sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial.

Além disso, o setor tem assumido responsabilidades de forma impositiva incluídas no regimento interno da instituição que tangenciam dos objetivos previstos no Decreto n.º 6.976/2009 que regulamenta a Lei n.º 10.180/2001 que criou o Sistema de Contabilidade Federal.

A maior parte dos profissionais de contabilidade estão envolvidas nessas atividades paralelas, prejudicando a capacidade de implementação das rotinas de tratamento contábil patrimonial que, dada sua complexidade, demandam tempo para execução.

Diante de tais problemas, os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável do Ativo Imobilizado desta Fundação estão sendo executados pela empresa LINKDATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, CNPJ/MF n.º 24.936.973/0001-03, conforme Ata de Registro de Preços n.º 21/2013 sob Pregão n.º 22/2013, contrato a nível central. Essa medida torna-se por demais paliativa, uma vez que são procedimentos periódicos que obrigatoriamente deverão ser observados.

É importante ressaltar que a falta de pessoal não se restringe à Setorial Contábil, mas também a todas as Superintendências Estaduais da entidade. Exemplo claro é o fato do Contador Responsável pela Setorial do órgão acumular as responsabilidades para todas as Unidades Gestoras subordinadas. Sem mencionar a inviabilidade de se formar grupos de trabalho para executar esses procedimentos em cada Unidade Jurisdicionada.

6.1.6 Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T 16.9 e 16.10, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam inconformidades relevantes e, nesse sentido, os resultados apurados no exercício não estão livres de distorções, situação que inviabiliza a mensuração acurada dos impactos da implementação de tais normativos contábeis.

Os reflexos patrimoniais da reavaliação foram reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido, ante a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais, revertendo-se ao resultado, à medida que os ativos forem realizados.

O reflexo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão são linearmente reconhecidos no resultado do período, assim como o consumo dos ativos de outras naturezas.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A Funasa não faz a apuração de custos nem se utiliza do sistema de custos do Governo Federal.

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no Anexo II - Demonstrações Contábeis.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro 17 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

1. Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.220/2015-6	7720/2015	1.8.1	Ofício nº 2097	28.12.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUEST-GO e Presidência da FUNASA				
Descrição da determinação/recomendação				
<p><i>Determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás que elabore, em conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (sede) e encaminhe a esta Corte de Contas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, plano de ação, contendo cronograma de implementação com os responsáveis pela adoção de todas as medidas necessárias à realização de revisão da atividade de controle/gestão das transferências (voluntárias e legais) de recursos a cargo da superintendência, de forma a assegurar que as questões pontuadas no Acórdão 198/2013 – TCU – Plenário sejam adequadamente tratadas no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás.</i></p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A SUEST-GO considera que a resolução é pertinente a atuação da FUNASA na gestão das transferências a nível de Órgão Central, não tendo por si só, competência para atender o Acórdão em questão. Em razão disso, diversos expedientes foram enviados à Presidência da FUNASA, a exemplo do Memorando nº 077/GAB/SUEST-GO, SCDWEB nº 25160.001.258/2016-97, de 16.06.2016, solicitando o atendimento da recomendação.</p> <p>Não obstante, a SUEST-GO instituiu um grupo de trabalho local, através da Portaria nº 38, de 09.03.2016 a fim de subsidiar, na parte que entende cabível, o atendimento da demanda. O relatório do Grupo de Trabalho foi enviado à SECEX/GO em 29.05.2016 por meio do Ofício nº 00350/GAB/FUNASA/SUEST-GO, protocolo TCU nº 0000533241260. Prazo de atendimento Prorrogado até 04/03/2017 por meio do Acórdão TCU nº 7191/2016, de 21.11.2016.</p>				

2. Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
024.914/2013-4	6807/2016	9.2	Ofício nº 12046	29.11.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Fundação Nacional de Saúde/SUEST-GO				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2 Determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás que, quando da averbação de tempo de atividade insalubre ou perigosa, observe as seguintes balizas:</p> <p>9.2.1. quanto ao enquadramento do servidor enquanto beneficiário do MI 880/2009:</p> <p>9.2.1.1. é necessário que a autoridade administrativa demonstre, no caso concreto, o preenchimento dos requisitos legais (vide Acórdão 911/2014-Plenário e ON 15/2013-MPOG);</p> <p>9.2.1.2. essa decisão não ampara a contagem ponderada de tempo de serviço, mas apenas a aposentadoria especial, com os proventos calculados com base no § 3º do art. 40 da Constituição Federal;</p> <p>9.2.2. enquanto não demonstrado o exercício de atividade especial no caso concreto, é indevido o pagamento de abono de permanência, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Cumprir destacar que os atos julgados (registros de aposentadorias) foram considerados “legais”, conforme item 9.1 do acórdão em apreço. Não obstante, a SUEST-GO informa que as determinações estão sendo cumpridas mediante a revisão das concessões, com a instituição de grupo de trabalho no Setor de Administração de Pessoal. Todavia, em razão da insuficiência do quadro de pessoal e da complexidade do tema, a programação só deve ser completada ao final do presente exercício.</p>				

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 18 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas (Trilhas)

Código Trilha	Abreviação	Órgão	UPAG	SIAPE	Nome	Valor da inconsistência apurado na trilha. Em R\$	Parecer UPAG	Devolução ao erário informada pelo gestor. Em R\$	Justificativa UPAG	Parecer CGU	Justificativa CGU	Situação
001	Faltas - Desconto na Folha sem Registro no Cadastro	36205 - FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	000001871 - SUEST-GO	0480985	ISABEL LIMA PINTO	R\$ 0,00	13 - Ocorrência improcedente (não há inconsistência)	-	0047 - Atraso ou Saída Antecipada - EST VIA AFASTAMENTO WEB 36205-0480985 01/04/2016 00:39 Concluído 0047 - Atraso ou Saída Antecipada - EST VIA AFASTAMENTO WEB 36205-0480985 30/03/2016 03:30 Concluído (a ocorrência	21 - Inconsistência solucionada	OCORRÊNCIA SOLUCIONADA. ATRASO E SAÍDA ANTECIPADA CADASTRADAS NO SIAPENET, CONFORME ARQUIVO.	Análise Concluída

									estava lançada no siapenet)			
008C	Servidores com Parcela de Devolução ao Erário Interrompida (1 Ano Anterior)	36205 - FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	000001871 - SUEST-GO	0231416	ABADIO JOSE DA CUNHA	R\$ 2.178,86	11 - Ocorrência decorrente de decisão judicial transitada em julgado	-	suspenso por força maior	25 - Inconsistência com solução impedida por controvérsia judicial	JUSTIFICATIVA PROCEDENTE. CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXADA PELO ÓRGÃO.	Análise Concluída
008C	Servidores com Parcela de Devolução ao Erário Interrompida (1 Ano Anterior)	36205 - FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	000001871 - SUEST-GO	0467537	KLEBER MEIRELES	R\$ 14.062,63	11 - Ocorrência decorrente de decisão judicial transitada em julgado	-	interrompido por força maior	25 - Inconsistência com solução impedida por controvérsia judicial	JUSTIFICATIVA PROCEDENTE. CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXADA PELO ÓRGÃO.	Análise Concluída

048	Aposentados com Fundamentos EC 41	36205 - FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	000001871 - SUEST-GO	0493938	LOURIVAL FERREIRA DA SILVA	R\$ 120,38	12 - Inconsistência com solução dependente de ação preliminar do órgão central do SIPEC	-	O aposentado faz jus a aposentadoria desde 02/05/1994, portando tem direito ao artigo 192 da Lei nº 8112/90 porem o sistema SIAPE não estar adaptado para atualização desta forma foi gerado como se fosse na EC 41/03, o que não é.	27 - Ocorrência improcedente e (não há inconsistência)	O ato de concessão foi julgado legal pelo TCU em 08/05/2012. Aposentadoria com fundamento legal no Art. 40, inciso III, alínea "a" da CF/88, combinado com o Art. 3º da EC 41/2003, com base no direito adquirido.	Análise Concluída
048	Aposentados com Fundamentos EC 41	36205 - FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	000001871 - SUEST-GO	0493785	IVAN DE FARIA SILVA	R\$ 120,38	12 - Inconsistência com solução dependente de ação preliminar do órgão central do SIPEC	-	O aposentado faz jus a aposentadoria desde 19/04/1994, portando tem direito ao artigo 192 da Lei nº 8112/90 porem o sistema SIAPE não estar adaptado para atualização desta forma foi gerado como se fosse na EC 41/03, o que não é.	27 - Ocorrência improcedente e (não há inconsistência)	Ato de concessão julgado legal pelo TCU em 08/05/2012. Fundamento legal no Art. 40, inciso III, letra "A" da CF/88, e Art. 3º da EC/41, com base no direito adquirido.	Análise Concluída

084	Pagamento de GACEN aos Aposentados do em Valor Divergente	36205 - FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	000001871 - SUEST-GO	0493782	GILSON DEMETRIO DA SILVA	R\$ 104,38	09 - Inconsistência com falha solucionada e valores a devolver	R\$ 29.694,85	Em análise realizada ficou constatado que o servidor trabalhava com carga horário de 30 horas não fazendo jus a Gacen, informo que a pensão está sendo paga a maior e deveria ser atualizada mediante Processo Administrativo, pois a pensão paga é de 4.170,68 e deve ser 3.711,86. Esclareço que já estamos providenciando a notificação para abertura do referido processo de devolução ao erário.	23 - Inconsistência com pendência de providências da Unidade Pagadora	Ocorrência pendente de providências do órgão. <ul style="list-style-type: none"> • A SUEST-GO informa que abriu o processo nº 25160.000.504/2017-74, em 08/03/2017, para regularização e reposição ao erário do percentual recebido indevidamente, o mesmo irá obedecer o artigo 5º da Orientação Normativa MPOG nº 04/2013. 	Análise Concluída
-----	---	---	----------------------	---------	--------------------------	------------	--	---------------	---	---	---	-------------------

7.3 Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Quadro nº 19 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
10	2	-	3	-	1	-	-	4

* Especificar razões

- a) *Outros casos: As transferências abaixo especificadas não foram instauradas as Tomadas de Contas Especiais em razão da não integralização dos pressupostos processuais para desenvolvimento válido e regular (ausência do contraditório e ampla defesa), conforme Ordem de Serviço Funasa nº 02/2012.

- 1) TC/PAC nº 072/07 – Santa Terezinha de Goiás – Valor R\$ 358.474,64;
- 2) TC/PAC nº 1381/08 – Guarani de Goiás – Valor R\$ 496.224,00;
- 3) TC/PAC nº 690/07 – Moioporá – Valor R\$ 103.757,10;

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os pagamentos efetuados por esta Superintendência, oriundos de contratações de bens ou serviços, são feitos de acordo com as cláusulas estipuladas no contrato, bem como obedecem rigorosamente a ordem de entrada cronológica na Seção de Execução Orçamentária e Financeira, sendo que esta, ao receber o processo, faz o cronograma financeiro no SIAFI, para liberação do recurso financeiro, emitindo a ordem bancária posterior recebimento deste.

O processo de pagamento passa a compor a conformidade diária da Unidade, ficando arquivado em ordem estritamente cronológica.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não houve nenhum caso durante o exercício em referência que se enquadrasse na legislação aplicável.

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 20 Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2115 / 2000	38.476,88	26.257,71
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Saofi

A UPC apenas realizou despesas com Publicidade Legal, ou seja, a que se destinam a dar conhecimento de Portarias, Contratos, Editais, Decisões, Avisos, Notificações e de outras informações do órgão, com o objetivo de atender a prescrições legais.

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Esta UPC considera que todas as informações relevantes foram tratadas ao longo deste relatório.

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2016 consolidou o comprometimento dos servidores da instituição com a cultura da excelência.

Muitos dos objetivos definidos para 2016 foram alcançados, registrando-se que o cenário institucional vivenciado pela UPC foi diferente do experimentado no exercício de 2015, considerando o cenário econômico e político do Brasil, com alternância da direção à nível central e redução orçamentária do Programa de Aceleração do Crescimento.

A Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Goiás, com o intuito de promover um maior desempenho institucional, investiu no fortalecimento de seus processos de monitoramento das ações planejadas na busca do cumprimento das diretrizes institucionais. A exemplo do exercício anterior, a elaboração do plano de ação próprio teve início nos primeiros meses do ano, fato que possibilitou, o enfrentamento das dificuldades e a identificação de soluções exequíveis, direcionadas ao alcance da missão e objetivos estratégicos da Instituição.

Para a elaboração das nossas atividades, imprescindíveis ao bom desempenho institucional, e dar continuidade àquelas que necessitam serem implementadas no próximo exercício, continuou sendo adotada a ferramenta de planejamento denominada *MS Project no seu modo Off Line*, que permitiu um acompanhamento dos processos de trabalho bem como seu monitoramento a nível regional.

Os resultados obtidos demonstram uma tendência de avanço em relação aos planos de governo destacados para nossa instituição. O impacto destas ações/atividades está sendo notado com o aumento do percentual de avanço físico das obras (Gráfico nº 2).

Ratifica-se que a instituição continua desenvolvendo a sua política de atualização técnica dos seus colaboradores, porém o número de servidores qualificados ainda não atende à dinâmica da introdução de novas práticas de trabalho adotadas por força de novas legislações e diretrizes que surgem no cotidiano das instituições públicas. Registra-se também que não houve a autorização para realização de concurso público possibilitando a recomposição da força de trabalho, o número atual de servidores não pode atender toda a demanda reprimida, por essa razão e em alguns casos, há uma sobrecarga de trabalho que precisa ser mitigada, embora tal medida (concurso público) faça parte do rol de ações que fogem à governabilidade da UPC.

De qualquer forma, a atuação da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no estado de Goiás, no ano de 2016, pode ser considerada como eficiente, vez que procurou otimizar todos os recursos disponíveis, a exemplo do aumento do índice de Pregões utilizados (Quadro nº 5). Tal procedimento aprimora substancialmente a gestão, uma vez que a modalidade permite o incremento da competitividade e a ampliação das oportunidades de participação na licitação, além de desburocratizar o processo de contratação, o pregão contribui para a diminuição das despesas e traz uma maior agilidade nas aquisições pelo Poder Público.

Por fim, o conjunto de informações contidas neste documento demonstra que embora muitos avanços tenham sido consolidados, ainda há muito em que se melhorar. E que o esforço institucional incrementado no exercício de 2016, que visou, principalmente, a melhoria dos processos de trabalhos e de gestão, contribuirá de forma determinante para o cumprimento da missão institucional nos próximos anos.

10 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I**Aprovação de Prestação de Contas com Ressalvas****1**

Convenente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Goianápolis	TC/PAC 398/07	633187	25100.043.626/07-98	394/16	347 a 349	1 A 3
Ressalvas						
<i>1) Ausência de homologação da licitação.</i>						
<i>2) Ausência de identificação e certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais.</i>						
<i>3) Ausência de cópias das guias de recolhimento dos tributos.</i>						

2

Convenente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Hidrolina	CV 517/07	629177	25100.031.190/2007/94	356/15	666 e 667	2 e 3
Ressalvas						
<i>2) Ausência de cópias das NFs e comprovantes relativo aos encargos sociais.</i>						
<i>3) Ausência de informações aos partidos políticos Lei. 9452/97.</i>						

3

Convenente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Iporá	CV 601/08	651818	25100.046.995/2008-13	145/16	335 e 336	Parágrafos8 e 9
Ressalvas						
<i>8) Apresentação de Prestação de Contas intempestiva.</i>						
<i>9) Ausência de identificação e certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais.</i>						

4

Convenente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Israelândia	TC/PAC 686/2007	633191	25100.044.260/2007-74	018/16	304 a 307	a,d,e,g e h

Ressalvas						
<p>a) <i>Prestação de Contas apresentada intempestiva.</i></p> <p>b) <i>Ausência de identificação e certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais;</i></p> <p>e) <i>Não aplicação de parte do recurso no mercado financeiro.</i></p> <p>g) <i>Pagamento de tarifas bancárias.</i></p> <p>h) <i>Recolhimento em duplicidade de ISSQN.</i></p>						

5

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Montes Claros de Goiás	TC/PAC 048/09	658446	25100.043.522/2009-45	265/15	655 a 657	I a VI
Ressalvas						
<p><i>I – Preenchimento incorreto do relatório de execução físico financeiro.</i></p> <p><i>II – Preenchimento incorreto da relação de pagamentos.</i></p> <p><i>III – Erro de preenchimento da relação de bens.</i></p> <p><i>IV – Não foi apresentado conciliação bancária.</i></p> <p><i>V – Não foi apresentado comprovante de recolhimento dos tributos.</i></p> <p><i>VI – Falhas na apresentação das NFs (sem certificação de serviços prestados).</i></p>						

6

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Nova Gloria	EP 518/07	629162	25100.031.191/2007-39	234/15	1148 e 1149	Parágrafo 8
Ressalvas						
<p><i>8. Ausência de certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais e Ausência das guias de recolhimentos dos tributos.</i></p>						

7

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Paranaiguara	TC PAC 1392/2008	650507	25100.029.756/2008-07	213/16	766 e 767	Parágrafo 8
Ressalvas						
<p><i>8 - Ausência de certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais.</i></p>						

8

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Piracanjuba	EP 022/07	629198	25100.026.038/2007-90	186/16	432 e 433	1, 2 e 3
Ressalvas						
<p><i>1 – Não localizado autorização relativo a utilização de rendimentos auferidos.</i></p>						

- 2 – Pagamentos de tarifas bancárias.
- 3 – Ausência de comprovantes de recolhimento de encargos sociais.

9

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Santa Helena de Goiás	CV 1400/08	644123	25100.029.770/2008-01	211/15	747 e 748	1 a 4
Ressalvas						
<p>1. Não apresentação de comprovantes de recolhimento de IRRF.</p> <p>2. Recolhimento de INSS fora da vigência do convenio.</p> <p>3. Falta de aplicação de parte no mercado financeiro.</p> <p>4. Irregularidade no processo licitatório na modalidade TP com apenas um participante.</p>						

10

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Teresópolis de Goiás	CV 293/03	490126	25160.005.536/2003-61	781/16	263 a 264v	a, f, h,
Ressalvas						
<p>a – Ausência de extratos em períodos.</p> <p>f – Improriedade na comprovação de posse do terreno.</p> <p>h – Ausência de licença de operação.</p>						

11

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Diorama	CV 791/08	644128	25160.008.133/2007-05	240/15	557 e 558	1 e 2
Ressalvas						
<p>1 – Ausência de retenção de tributos nas NFs.</p> <p>2 – Pagamento de tarifas bancárias.</p>						

12

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Colinas do Sul	TC/PAC 054/09	657447	25100.043.856/2008-38	005/16	458 e 459	6

Ressalvas

6 – Ausência de documentos complementares e Ausência de certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais.

13

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Ivolândia	TC/PAC 1383/08	650496	25100.029.740/2008-96	016/16	397 e 398	5

Ressalvas

5 - Ausência de documentos complementares e Ausência de certificação de serviços prestados nas Notas Fiscais.

14

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Santa Rita do Novo Destino	CV 2471/06	590285	25160.006.929/2006-34	07 e 16/16	495 e 495v 506 e 507	5 2

Ressalvas

-Pendências documentais da área técnica.

15

Conveniente/ Compromitente	Convênio/TC	Nº Siafi	Processo	Parecer Financeiro	Folhas	Itens
Serranópolis	CV 1486/06	591857	25100.063.245/2006-44	0159/16	451 e 452	Parágrafo 7

Ressalvas

-Prestação de contas intempestiva.

ANEXO II

Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25509 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - GO
ÓRGÃO SUPERIOR	3621 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO ANUAL
EMISSÃO 18/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS		DISSÍDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2018	2018	2018
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias
Ordinárias	-	-	Ordinárias
Vinculadas	-	-	Vinculadas
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Despesa Social (Exclui RGPS)
Transferências Financeiras Recebidas	1.898.341,78	1.963.399,84	Transferências Financeiras Correlatas
Resultantes da Execução Orçamentária	1.791.809,48	1.850.502,55	Resultantes da Execução Orçamentária
Sub-repasso Recebido	1.791.809,48	1.850.502,55	Repasso Concedido
Independentes da Execução Orçamentária	88.532,30	112.897,29	Independentes da Execução Orçamentária
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	68.263,08	112.897,29	Movimento de Saldo Patrimonial
Demais Transferências Recebidas	134,57	-	Aporte ao RPPS
Movimentação de Saldo Patrimonial	134,57	-	Aporte ao RGPS
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-
Recorridos Extraorçamentários	682.993,63	86.834,30	Despesas Extraorçamentárias
Inscrição das Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento das Restos a Pagar Processados
Inscrição das Restos a Pagar Não Processados	683.092,99	76.238,76	Pagamento das Restos a Pagar Não Processados
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.269,96	-4.791,07	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
Outros Recorridos Extraorçamentários	30,74	14.376,61	Outros Pagamentos Extraorçamentários
Anulação de Outros Usos	30,74	1.309,87	-
Demais Recorridos	-	13.066,74	-
Saldo do Exercício Anterior	13.188,33	25.364,67	Saldo para o Exercício Seguinte
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.188,33	25.364,67	Caixa e Equivalentes de Caixa
TOTAL	2.594.823,73	2.876.198,84	TOTAL
			1.821.291,42
			1.316.065,62
			1.821.291,42
			1.316.065,62
			698.637,72
			614.619,61
			690.337,84
			614.305,74
			299,88
			1.309,87
			299,88
			1.309,87
			88.625,54
			151.239,26
			5.216,11
			110.868,42
			15.160,75
			4.289,94
			13.188,33
			4.289,94
			13.188,33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 00222017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28809 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - GO
ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

RECEITAS ORÇAMENTARIAS	RECEITA			SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS CORRENTES				
Recetas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Menores				
Recetas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
CONTRIBUIÇÕES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL-FORMAÇÃO PROFI.				
Recetas Patrimoniais				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Recetas Agropecuárias				
Recetas Industriais				
Recetas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Resarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Anulação de Empenhos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25501 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - GO
ORÇAO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	Anual
EXERCÍCIO	PÁGINA
19/02/2017	1

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	2.398.651,82	2.955.419,54	PASSIVO CIRCULANTE	4.256,62	13.066,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.256,64	13.188,33	Obrigações Trabalh., Previd. e Assoc. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Débitos Créditos e Valores a Curto Prazo	2.805.775,00	2.895.775,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	136.617,78	132.456,21	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDe Pagos Antecipamentos	-	-	Provisões de Curto Prazo	4.256,62	13.066,74
	-	-	Débito Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.927.598,89	12.042.813,78	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assoc. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimento	-	-	Débito Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recup. de Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos de RPPC de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	4.256,62	13.066,74
(-) Redução ao Valor Recup. de Investimentos de RPPC	-	-			
Débito Investimentos Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Débito Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recup. de Débito Invest. Perm.	-	-	Ajustes para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Intangível	21.927.598,89	12.042.813,78	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	5.177.535,25	7.561.926,70	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	5.734.949,18	5.829.326,45	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-647.212,93	-1.267.401,75	Débito Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recup. de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	34.873.914,69	15.985.168,58
Bens Imóveis	15.749.883,66	5.090.987,08	Resultado do Exercício	10.071.226,95	-3.250.730,56
Bens Imóveis	16.218.821,20	5.361.955,63	Resultados de Exercícios Anteriores	15.585.188,55	19.335.927,34
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-668.737,54	-280.968,55	Ajustes de Exercícios Anteriores	-792.459,34	-
(-) Redução ao Valor Recup. de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Mixagem	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.873.914,69	15.985.168,58
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recup. de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recup. de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25503 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - GO
ORÇAO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	Anual
EXERCÍCIO	PÁGINA
19/02/2017	1

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-4.928,25	-11.891,34
INGRESSOS	1.867.642,60	1.571.505,38
Recargas Derivadas e Originárias	-	-
Recarga Tributária	-	-
Recarga de Contribuições	-	-
Recarga Agropecuária	-	-
Recarga Industrial	-	-
Recarga de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Recargas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intragovernamentais	-	-
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.867.642,60	1.571.505,38
Ingressos Extraorçamentários	9.269,96	-6.761,07
Transferências Financeiras Recebidas	1.858.341,70	1.963.909,64
Anulação de Outorga Unilateral	30,54	1.309,67
Débito Resgateamentos	-	13.266,74
DESEMBOLSOS	-1.876.571,69	-1.583.396,72
Previdência e Outros Despesas	-1.177.746,38	-1.340.999,76
Legislativo	-	-
Justiça	-	-
Essência e Ação	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Consumo	-	-
Serviço Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Administrativa	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	202006 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - GO
ÓRGÃO SUPERIOR	30211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EXERCÍCIO 10/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.853.845,04	2.481.734,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Interação no Domínio Econômico		
Contribuição de Aquisição Imobiliária		
Contribuições de Interação das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Venda de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Dívidas		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Cobrados		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aplicação do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	1.858.341,70	1.973.561,20
Transferências Intergovernamentais	1.858.341,70	1.963.809,64
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas		9.431,36
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	11.007.472,88	495.470,38
Rescisão de Ativos	10.996.765,07	
Ganhos sem Aquisição		
Ganhos sem Incorporação de Ativos		
Ganhos sem Desincorporação de Passivos	93.707,03	495.470,38
Reversão de Retenção ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	30,74	24.356,00
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Eqüidade;
- Transparência;
- Eficiência; Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso socioambiental.